

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
DEPARTAMENTO DE TURISMO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DO TURISMO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Carolina Caponi

Jardim Botânico de Poços de Caldas e Turismo Regenerativo: Possibilidades e limites de
uma abordagem emergente

Juiz de Fora
2026

Carolina Caponi

Jardim Botânico de Poços de Caldas e Turismo Regenerativo: Possibilidades e limites de uma abordagem emergente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título Especialista em Turismo.

Orientadora: Prof^ª Msc. Luciana Bittencourt Villela

Juiz de Fora
2026

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Caponi, Carolina.

Jardim Botânico de Poços de Caldas e Turismo Regenerativo : Possibilidades e limites de uma abordagem emergente / Carolina Caponi. -- 2026.
63 f. : il.

Orientadora: Luciana Bittencourt Villela

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, CEAD- Centro de Educação à Distância. Especialização em Gestão Pública de Turismo e Desenvolvimento Regional, 2026.

1. Turismo regenerativo. 2. Jardins botânicos. 3. Conservação da biodiversidade. I. Villela, Luciana Bittencourt, orient. II. Título.

Carolina Caponi

Jardim Botânico de Poços de Caldas e Turismo Regenerativo: Possibilidades e limites de uma abordagem emergente

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública do Turismo e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título Especialista em Turismo.

Aprovada em 23 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a *Msc.* Luciana Bittencourt Villela - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. *Dr.* Altair Sancho Pivoto
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. *Dr.* Diego Uliano Rocha
Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

Em um contexto no qual o turismo se manifesta como um fenômeno marcado por forças antagônicas, ao pressionar os ecossistemas ao mesmo tempo em que detém o potencial de sensibilizar a sociedade ao proporcionar vivências com a natureza, o Turismo Regenerativo surge como uma abordagem que busca responder à intensificação da crise ambiental contemporânea. Os jardins botânicos, por sua vez, apresentam potencial para esse tipo de abordagem, ao articularem, em sua concepção institucional, funções relacionadas à conservação da biodiversidade, à pesquisa científica e ao uso público. O presente estudo tem como objetivo analisar as possibilidades e os limites do Jardim Botânico de Poços de Caldas como espaço de Turismo Regenerativo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-analítico, fundamentada em revisão bibliográfica sobre os paradoxos da atividade turística, a transição do paradigma da sustentabilidade para o desenvolvimento regenerativo e a contextualização dos jardins botânicos. Complementarmente, realizou-se a caracterização do objeto de estudo e a sistematização de diretrizes regenerativas aplicadas ao caso analisado. Os resultados reconhecem o Jardim Botânico de Poços de Caldas como vetor estratégico para a salvaguarda do patrimônio florístico regional, com desempenho consistente nas frentes de pesquisa e conservação. Por outro lado, foram identificadas lacunas operacionais relacionadas à educação ambiental e ao engajamento comunitário, dimensões consideradas centrais para a consolidação de uma abordagem regenerativa, indicando que a aproximação do equipamento aos princípios do Turismo Regenerativo demanda arranjos institucionais e modelos de governança capazes de sustentar transformações territoriais duradouras.

Palavras-chave: Turismo regenerativo; Jardins botânicos; Conservação da biodiversidade.

ABSTRACT

In a context in which tourism manifests itself as a phenomenon marked by antagonistic forces, while exerting pressure on ecosystems and at the same time holding the potential to raise social awareness through direct experiences with nature, Regenerative Tourism emerges as an approach that seeks to respond to the intensification of the contemporary environmental crisis. Botanical gardens present potential for this type of approach, as their institutional design articulates functions related to biodiversity conservation, scientific research and public use. This study aims to analyze the possibilities and limitations of the Poços de Caldas Botanical Garden as a space for Regenerative Tourism. It is a qualitative research with an exploratory analytical character, grounded in a literature review addressing the paradoxes of tourism activity, the transition from the sustainability paradigm to regenerative development and the contextualization of botanical gardens. In addition, the study includes the characterization of the research object and the systematization of regenerative guidelines applied to the analyzed case. The results recognize the Poços de Caldas Botanical Garden as a strategic vector for safeguarding the regional floristic heritage, presenting consistent performance in the fields of research and conservation. On the other hand, operational gaps were identified in relation to environmental education and community engagement, dimensions considered central to the consolidation of a regenerative approach in its management. These findings indicate that the approximation to the principles of Regenerative Tourism requires institutional arrangements and governance models capable of sustaining long term territorial transformations.

Keywords: Regenerative tourism; Botanical gardens; Biodiversity conservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Vista geral do JBPC.....	13
Figura 2 – Estufa Tropical.....	13
Figura 3 - Localização espacial do Jardim Botânico de Poços de Caldas.....	14
Figura 4 - Entorno Jardim Botânico de Poços de Caldas	15
Figura 5 - Vista parcial de fragmento de Campo de Altitude em Poços de Caldas.....	16
Figura 6 - Vista parcial da Coleção Campos de Altitude da FJBPC.....	16
Figura 7 - Coleção Spirit (meio líquido); Acervo Herbário AFR.....	17
Figura 8 - Exemplo Exsicatas.....	17
Figura 9 – Mirante com vista para o Rio das Antas.....	18
Figura 10 – Cactário.....	18

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Síntese da dimensão ambiental.....	36
Quadro 2 - Síntese da dimensão social e educativa.....	42
Quadro 3 - Síntese da dimensão gestão e uso público.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPTUR	Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
BGCI	<i>Botanic Gardens Conservation International</i>
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
FJBPC	Fundação Jardim Botânico de Poços de Caldas
IFSULDEMINAS	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais
HERBÁRIO AGR	Herbário Anders Fredrik Regnell
IPNI	<i>International Plant Names Index</i>
JBPC	Jardim Botânico de Poços de Caldas
PRAD	Programa de Recuperação de Área Degradada
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	DESENVOLVIMENTO.....	11
2.1	Aspectos Metodológicos.....	11
2.2	Caracterização do Jardim Botânico de Poços de Caldas.....	12
2.3	Referencial Teórico.....	20
2.3.1	Turismo, Natureza e Sustentabilidade.....	20
2.3.1.1	<i>Natureza, território e mercantilização no turismo.....</i>	<i>20</i>
2.3.2	Turismo sustentável: limites do paradigma.....	22
2.3.3	Turismo Regenerativo: fundamentos e críticas.....	23
2.3.3.1	<i>Conceito e princípios.....</i>	<i>24</i>
2.3.3.2	<i>Limites e desafios do conceito.....</i>	<i>27</i>
2.3.4	Jardins Botânicos, Uso Público e Educação Ambiental.....	29
2.3.4.1	<i>Jardins botânicos: funções e atribuições.....</i>	<i>29</i>
2.3.4.2	<i>Jardins botânicos e turismo.....</i>	<i>30</i>
2.3.5	Diretrizes Analíticas para o Turismo Regenerativo em Jardins Botânicos.....	31
2.3.5.1	<i>Dimensão Ambiental.....</i>	<i>31</i>
2.3.5.2	<i>Dimensão Social e Educativa.....</i>	<i>32</i>
2.3.5.3	<i>Dimensão de Gestão e Uso Público.....</i>	<i>34</i>
2.4	Análise do turismo regenerativo no Jardim Botânico de Poços de Caldas.....	35
2.4.1.	Dimensão Ambiental do Turismo Regenerativo.....	35
2.4.1.1	<i>Análise Interpretativa da Dimensão Ambiental.....</i>	<i>39</i>
2.4.2	Dimensão Social e Educativa do Turismo Regenerativo.....	41
2.4.2.1	<i>Análise interpretativa da Dimensão Social e Educativa.....</i>	<i>44</i>
2.4.3	Dimensão de Gestão e Uso Público.....	47
2.4.3.1	<i>Análise Interpretativa da Dimensão de Gestão e Uso Público.....</i>	<i>51</i>
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
	REFERÊNCIAS.....	56
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

As dinâmicas contemporâneas de uso, apropriação e transformação da natureza são fatores marcantes nas atividades humanas. O turismo, observado enquanto prática social e territorial, revela tanto seu potencial de sensibilização ambiental quanto suas contradições socioambientais, o que tem feito emergir abordagens que buscam superar a lógica da mitigação de impactos, ao propor formas mais integradas de relação entre natureza e sociedade (Mang; Reed, 2012). Sob essa ótica, o Turismo Regenerativo se apresenta como um modelo que propõe transpor os limites da sustentabilidade convencional, ao passo que, por sua característica sistêmica, busca a geração de benefícios líquidos para seus territórios, pautando-se na reconexão entre sociedade e natureza (Pollock, 2019). Contudo, por se tratar de um campo de estudo relativamente novo, é essencial realizar análises críticas que investiguem seus fundamentos, potencialidades e limitações, sobretudo ante o risco de apropriações meramente discursivas (Bellato; Pollock, 2023).

Nesse panorama, os jardins botânicos assumem propósitos regenerativos intrínsecos às suas concepções institucionais. Ao atuarem como polos de conservação, pesquisa e difusão cultural, consolidam-se enquanto espaços de mediação entre sociedade e natureza (CONAMA, 2003). Inserido nessa lógica, o presente estudo adota como recorte territorial e empírico o Jardim Botânico de Poços de Caldas (JBPC). Criada em 2003, a instituição está instalada na área urbana do município e direciona suas ações à conservação da biodiversidade do Planalto de Poços de Caldas. A região, além de abrigar importante remanescente da Mata Atlântica, é reconhecida por sua singularidade geológica de natureza vulcânica (FJBPC, [s.d]; Moraes, 2007).

Cabe destacar que a pesquisadora atua no âmbito da gestão pública do turismo no município, o que proporciona familiaridade com as dinâmicas locais e com os equipamentos turísticos, entre eles o Jardim Botânico de Poços de Caldas. Essa experiência contribui para a compreensão do objeto em sua inserção no contexto do turismo municipal.

A pesquisa busca fomentar a discussão sobre o papel dos equipamentos ambientais públicos no turismo contemporâneo, afastando-se da intenção de validar automaticamente a JBPC como um modelo regenerativo. O problema que orienta o estudo consiste em verificar em que condições o equipamento pode ser compreendido à luz das abordagens do Turismo Regenerativo, considerando suas características institucionais, socioambientais e de visitação, bem como as potencialidades e os limites associados à sua configuração enquanto equipamento ambiental público.

Nessa perspectiva, o objetivo é analisar as possibilidades e os limites do Jardim Botânico de Poços de Caldas para ser compreendido como um espaço de Turismo Regenerativo. Para isso, os objetivos específicos consistem em analisar, por meio de revisão bibliográfica, os paradoxos que permeiam a atividade turística e compreender a transição conceitual do paradigma da sustentabilidade para as abordagens associadas ao desenvolvimento regenerativo, bem como contextualizar as funções inerentes aos jardins botânicos. Completam os objetivos específicos, a caracterização e identificação dos potenciais socioambientais do JBPC e a sistematização de diretrizes analíticas relacionadas ao Turismo Regenerativo aplicadas ao equipamento em estudo.

Portanto, a pesquisa pretende contribuir com a análise teórica deste segmento de estudo, ao tratar da adoção de abordagens regenerativas e sua aplicação em equipamentos públicos. No contexto dos jardins botânicos, busca-se ampliar o debate sobre o papel desses espaços no turismo contemporâneo e examinar o potencial de práticas socioambientais transformadoras, bem como o risco de sua apropriação meramente retórica.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Aspectos Metodológicos

O presente estudo propõe uma abordagem qualitativa, compatível à análise de fenômenos socioambientais que exigem interpretação contextualizada, englobando a compreensão do ponto de vista dos diversos atores e discursos envolvidos no fenômeno estudado (Godoy, 1995). Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e um estudo de caso, tendo como recorte o Jardim Botânico de Poços de Caldas (JBPC), com foco na análise de suas potencialidades e limitações enquanto equipamento ambiental urbano e turístico, à luz do referencial teórico adotado.

O processo de coleta de dados contemplou, em um primeiro momento, a pesquisa bibliográfica e a análise documental. Entre os autores consultados, destacam-se Milton Santos, Eduardo Yázigi e Aguinaldo César Fratucci, que contribuíram para a compreensão das relações entre território, apropriação do espaço e atividade turística. No debate sobre o paradigma do turismo sustentável, foram mobilizadas contribuições de Philippe Layrargues, Enrique Leff e Frederico Hanai, que discutem os desafios conceituais e operacionais da sustentabilidade no campo do turismo. No campo do Turismo Regenerativo, o referencial apoiou-se principalmente nas obras de Pamela Mang, Bill Reed, Anna Pollock e Sonia Avecilla. Já no que se refere às funções institucionais dos Jardins Botânicos, destacam-se as contribuições de Susana Gastal e outros autores que abordam esses espaços enquanto equipamentos voltados à conservação, pesquisa e educação ambiental.

Paralelamente à revisão bibliográfica, foi realizada pesquisa documental, com análise de documentos institucionais, legislação ambiental e turística, manuais técnicos e normativas relacionadas à gestão de jardins botânicos e de áreas protegidas.

Em um segundo momento, aprofundou-se a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes da gestão do JBPC. O roteiro foi padronizado em dez perguntas abertas, organizadas em torno das categorias de conservação ambiental, governança e uso público relacionadas ao JBPC. As entrevistas foram conduzidas com três gestores estratégicos, selecionados por sua atuação direta no planejamento e na execução técnica da instituição. Na seção de análise do Turismo Regenerativo no JBPC, os Entrevistados 1 e 3 correspondem aos servidores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, vinculados à intervenção administrativa vigente no JBPC à época da coleta de dados. Por sua vez, o Entrevistado 2 integra o corpo técnico do próprio JBPC. Segundo Dencker (2003), esse tipo de método possibilita capturar informações estratégicas que contribuam na análise do

problema, observadas por terceiros, por meio de uma comunicação entre pesquisador e entrevistado.

Os dados obtidos foram analisados sob uma perspectiva qualitativa e funcional. Ainda de acordo com Dencker (2003), a análise funcional é aplicada em estudos cujo os fatos não podem ser examinados de forma isolada, típicos no campo social, pois há uma interdependência entre os resultados que, em conjunto, explicam o fenômeno. A análise interpretativa dos dados foi realizada de forma triangulada, articulando revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. O estudo concentrou-se na identificação de convergências, tensões institucionais e limites operacionais na governança do Jardim Botânico, à luz das dimensões analíticas extraídas do referencial teórico, organizadas em três parâmetros: ambiental, social/educativo e gestão/uso público.

Como suporte ao processo de pesquisa, o levantamento e a seleção da bibliografia foram realizados por meio de buscas em plataformas acadêmicas, como o *Google Scholar*, o Portal de Periódicos da CAPES e a base de dados da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), além da bibliografia indicada nas disciplinas do curso de pós-graduação relacionadas a este trabalho. A organização e sistematização do material coletado contou com o apoio de ferramentas de inteligência artificial, como a utilização da ferramenta *NotebookLM* (Google, 2026) na etapa de revisão da literatura e do *Manus.ai* (2026) para auxiliar na sistematização dos dados das entrevistas. Por fim, a revisão ortográfica e gramatical do texto foi realizada com o auxílio da IA *Gemini* (Google, 2026). As decisões analíticas, interpretação dos resultados e conclusões são de responsabilidade da autora.

2.2 Caracterização do Jardim Botânico de Poços de Caldas

Em Poços de Caldas, sul de Minas Gerais, o Jardim Botânico foi criado em 2003 e estruturado como uma fundação municipal de direito público. Além das normativas estabelecidas no âmbito federal, a legislação municipal indica que o recorte da área de atuação do equipamento é o Planalto de Poços de Caldas, contemplando iniciativas de pesquisa, educação ambiental e manutenção de acervo, no qual contribui, entre outros fatores, para o desenvolvimento da arborização urbana, recuperação e manutenção de parques e reservas, propagação de uma consciência ambiental e construção de conhecimento científico (Poços de Caldas, 2003).

Figura 1 – Vista geral do JBPC



Fonte: Arquivo JBPC

Figura 2 – Estufa Tropical



Fonte: Rafael de S. M. da Silva - Arquivo JBPC

O desenvolvimento de Poços de Caldas possui forte ligação com o turismo, mais do que isso, a cidade foi projetada para receber pessoas que vinham, inicialmente, em busca de tratamento de saúde. Nascida em uma extinta caldeira vulcânica, as águas sulfurosas moldaram o território, tornando-se referência como estância hidromineral, aliando banhos terapêuticos e cassinos, especialmente nas décadas de 1930 e 1940 (Poços de Caldas, 2024).

A proibição do jogo, em 1946, e a descoberta do antibiótico tiveram forte impacto no turismo local. Com o tempo, houve uma nova ascensão da cidade como destino de lua-de-mel, enfrentando fases alternadas de estabilização e estagnação. Atualmente, o turismo representa um significativo setor no contexto socioeconômico e cultural da cidade, com projetos recentes que tendem a evidenciar o território vulcânico da região.

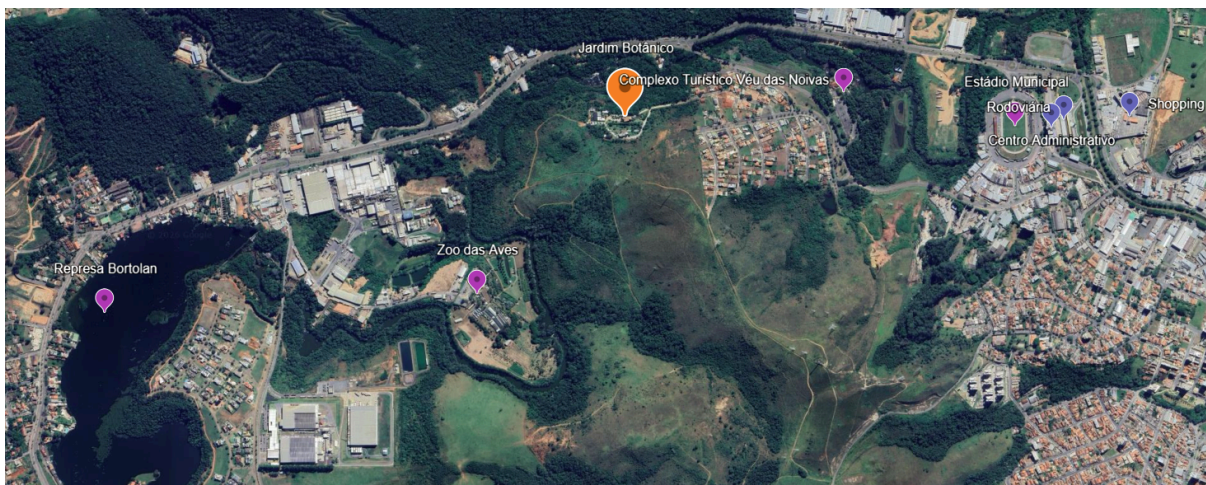
Localizado na porção oeste do Município, o Jardim Botânico de Poços de Caldas encontra-se instalado em um bairro residencial, mas inserido em uma região turística que agrega diversos equipamentos de lazer, como o Complexo Turístico Vêu das Noivas, Represa Bortolan e Zoo das Aves. Próximo da rodovia que dá acesso ao Estado de São Paulo, a região contempla também o Shopping, Terminal Rodoviário e Estádio de Futebol. Os dois mapas que seguem contextualizam a inserção do equipamento no território. O primeiro mostra sua localização em relação ao centro da cidade, ao Complexo Hidrotermal e Hoteleiro e à Serra de São Domingos. O segundo destaca o entorno do Jardim Botânico e os equipamentos de interesse próximos.

Figura 3 - Localização espacial do Jardim Botânico de Poços de Caldas



Fonte: *Google Earth*, 2026

Figura 4 - Entorno Jardim Botânico de Poços de Caldas



Fonte: *Google Earth*, 2026

O equipamento possui uma área com cerca de 45 hectares, grande parte formada por florestas e Campos de Altitude (FJBPC, [s.d.]), no qual o espaço construído contempla edifícios e estruturas que abrigam o núcleo receptivo, de pesquisa, estufas e trilhas. O JBPC tem como foco o remanescente do bioma Mata Atlântica, característico da região. O equipamento desenvolve diversas frentes de trabalho, com destaque para a produção e disponibilização de mudas de espécies nativas e de plantas de uso medicinal, alimentício e cultural, a realização de atividades de campo, como coletas botânicas, monitoramento de áreas naturais e conservação *ex situ*, além da manutenção de coleções vivas com fins científicos, educativos e de preservação. Soma-se a essas iniciativas a organização de acervos científicos, como o herbário (FJBPC, 2026).

Figura 5 - Vista parcial de fragmento de Campo de Altitude em Poços de Caldas



Fonte: Rafael de S. M. da Silva - Arquivo JBPC

Figura 6 - Vista parcial da Coleção Campos de Altitude da FJBPC



Fonte: Rafael de S. M. da Silva - Arquivo JBPC

O equipamento também abriga laboratórios especializados na propagação e no manejo vegetal, desenvolvendo pesquisas em parceria com instituições de ensino, além de iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade, como o meliponário e estudos sobre a flora da Mata Atlântica, reforçando seu papel como equipamento ambiental estratégico no contexto urbano e regional (FJBPC, 2026).

Figura 7 - Coleção Spirit (meio líquido); Acervo Herbário AFR



Fonte: Jerônimo Schultz - Arquivo JBPC

Figura 8 - Exemplo Exsicatas



Fonte: Jerônimo Schultz - Arquivo JBPC

No aspecto do seu uso público e de lazer, o espaço contempla portaria, estacionamento, sanitários, centro receptivo, trilhas com percursos segmentados por coleções, jardim sensorial e mirante. O local oferece visitas guiadas, conduzidas por monitores ambientais. O Programa de Educação Ambiental une as caminhadas pelo espaço às oficinas, que podem ser escolhidas de acordo com a faixa etária e objetivo educacional. Dessa forma, por meio de atividades interpretativas, a equipe tem como objetivo final promover o

conhecimento integral sobre o meio ambiente, contribuindo para a conscientização e sensibilização sobre as questões ambientais (FJBPC, 2026).

Figura 9 – Mirante com vista para o Rio das Antas



Fonte: Rafael de S. M. da Silva - Arquivo JBPC

Figura 10 – Cactário



Fonte: Rafael de S. M. da Silva - Arquivo JBPC

De acordo com os dados colhidos no Observatório do Turismo de Poços de Caldas, o equipamento está contemplado no Mapa Turístico de Poços de Caldas e relacionado no

Inventário da Oferta Turística local (Poços de Caldas, 2024). Enquanto atração turística, o espaço não é tratado de forma específica no Plano Municipal de Turismo, embora verifica-se que ele pode ser inserido nos programas voltados à formatação de roteiros e promoção de produtos turísticos (Poços de Caldas, 2021).

O relatório técnico da JBPC (2026) traz a informação de que o local recebeu 1921 visitantes ao longo do ano de 2025, predominando as visitas livres, complementadas por visitas guiadas, além da recepção de grupos para participação nas oficinas de educação ambiental, com cerca de 1300 participantes.

O documento também aponta que a origem dos visitantes é representada, basicamente, pelos estados de Minas Gerais e São Paulo, além de registros de visitantes de outros estados e de público estrangeiro, refletindo a inserção do JBPC no contexto turístico do município. De forma geral, o seu uso público caracteriza-se pela heterogeneidade de perfis e motivações, envolvendo lazer, educação e contato com a natureza (FJBPC, 2026).

Denominada juridicamente como Fundação Jardim Botânico de Poços de Caldas, a autarquia municipal integra a administração indireta do município, conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 37/2003. Sua estrutura organizacional contempla o Conselho Curador, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, composta pela Presidência, pelo Departamento Técnico-Científico e pelo Departamento Administrativo e Financeiro. A Presidência é responsável pela coordenação e fiscalização do cumprimento das finalidades da fundação, sendo o titular do cargo nomeado pelo Prefeito Municipal a partir de uma lista tríplice apresentada pelo Conselho Curador (Poços de Caldas, 2016).

No entanto, no ano de 2025, o Decreto Municipal nº 14862/2025 suspendeu as atividades do Conselho Curador e Fiscal e decretou intervenção administrativa com o objetivo de resguardar o interesse público e sanar as irregularidades de gestão apontadas pela Procuradoria-Geral do Município e Ministério Público. Diante dessa situação, o mesmo decreto nomeou como interventor o Secretário Municipal de Meio Ambiente, além de instituir uma comissão de apoio responsável pela análise dos processos e pela emissão de relatórios. A intervenção tem duração prevista de 180 dias, com possibilidade de prorrogação por igual período.

Enquanto espaço dedicado à pesquisa, conservação e manejo da flora nativa, o JBPC contribui para a preservação de recursos genéticos, para o suporte a ações de restauração ecológica e a sensibilização ambiental da população. Sua condição de remanescente natural urbano confere-lhe importância estratégica ao atuar como área de refúgio ecológico, conexão entre natureza e cidade e suporte ambiental em um contexto fortemente urbanizado.

2.3 Referencial Teórico

2.3.1 Turismo, Natureza e Sustentabilidade

O turismo é reconhecido como uma atividade ampla e complexa, o que dificulta a formulação de uma definição única. Para este trabalho adota-se a perspectiva holística, que busca compreender o turismo em sua totalidade, enfatizando sua essência como fenômeno social e as múltiplas relações que dele decorrem. Nessa linha, Jafar Jafari (*apud* Beni, 2003, p.36) compreende o turismo como o “estudo do homem longe de seu lugar de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sociocultural da área receptora”.

Em uma dimensão mais filosófica, Panosso-Neto e Krippendorf (*apud* Pinheiro; Soares; Azevedo, 2010) colocam o turismo como um meio de construção e reconstrução da identidade e do ser interno ao deslocar o sujeito de seu espaço vivido, visando curar e sustentar o corpo e a alma. Sob a lente complexa de um fenômeno socioespacial, o turismo configura-se como um campo no qual se articulam comunidades locais, visitantes, mercado e poder público, estabelecendo uma relação de interdependência.

Dessa forma, Fratucci (2014) sustenta que a atividade não deve ser reduzida a um simples setor econômico, mas compreendida como um sistema aberto e dinâmico no qual ações de diferentes grupos se sobrepõem na construção e organização do território. Tal relação é permeada por uma força paradoxal, na medida em que a atividade impulsiona a degradação ambiental através do desenvolvimento de infraestrutura e da sobrecarga de uso dos recursos e, por outro lado, pode emergir como uma potente ferramenta de sensibilização e preservação, especialmente quando proporciona ao visitante uma vivência direta e reflexiva com a natureza.

2.3.1.1 Natureza, território e mercantilização no turismo

A atividade turística em áreas naturais e em espaços verdes tem no meio ambiente seu atrativo âncora, funcionando simultaneamente como santuários de biodiversidade, espaços de lazer e reconexão social (Pinheiro; Soares; Azevedo, 2010). As áreas naturais, caracterizadas por ecossistemas pouco alterados, incluem aquelas legalmente protegidas, destinadas à preservação da diversidade biológica, à prevenção da degradação ambiental e, dependendo do

grau de proteção, podem se tornar polos de atração para visitantes interessados em experiências que promovam a valorização e a compreensão da natureza. (Bueno; Pires, 2006).

Por sua vez, os espaços verdes, inseridos em contextos urbanos ou periurbanos, desempenham papel significativo na mitigação da escassez de natureza nas cidades. Compreendem parques, praças, reservas florestais, jardins históricos e jardins botânicos, atuando como verdadeiros refúgios do cotidiano (Gastal; Da Silva, 2016).

A crise ambiental contemporânea pode ser compreendida, em grande parte, a partir das formas de apropriação da natureza. Leff (2012) argumenta que a racionalidade científica e econômica que orientou a sociedade desde a era moderna fragmentou o saber e passou a tratar a natureza como um recurso a ser explorado ou um problema a ser gerenciado. No campo do turismo, essa perspectiva se manifesta quando, invariavelmente, a atividade falha por estar presa a uma lógica predominantemente econômica, simplificando a natureza a um bem de consumo. Mais do que isso, discursos ambientais podem ser facilmente adotados pelo mercado turístico, sem que isso implique em transformações estruturais condizentes às formas de uso e gestão do território (Fratucci, 2014).

Apesar da retórica recorrente que apresenta o turismo como uma “indústria sem chaminés”, a realidade é que o setor gera severos danos socioambientais. Segundo Mendonça (1996, *apud* Pinheiro; Soares; Azevedo, 2010), a expansão do turismo frequentemente caminha lado a lado com a degradação do meio ambiente, pois o uso comercial da natureza sobrecarrega os recursos locais, aumenta a produção de lixo e exige obras de infraestrutura que transformam a paisagem.

A tensão permanente entre exploração e conservação da natureza leva a compreender o espaço geográfico não apenas como suporte físico das atividades humanas, mas como produto das relações sociais, técnicas e institucionais que nele se materializam. Santos (1996 *apud* Saquet; Da Silva, 2008) afirma que o “território é usado, reorganizado, configurado, normatizado e racionalizado” (p. 40). Nesse sentido, Yázigi (2001) defende que a construção do território envolve uma relação de reciprocidade entre identidade e lugar, na qual a interpretação da natureza deve ser considerada em articulação com outras formas de produção social.

Nesse ponto, Fratucci (2014) destaca que a atividade turística envolve diferentes agentes sociais, incluindo turistas, mercado, poder público e residentes, que se apropriam do espaço de formas distintas, o que gera uma sobreposição de territórios. Assim, as ações e intencionalidades de cada grupo se complementam e, ao mesmo tempo, entram em tensão no tempo e no espaço. Segundo o autor, é nesse contexto de disputas e sobreposições que se

insere a gestão imediatista, frequentemente adotada pelo Poder Público e pelo mercado, em que se prioriza a lucratividade e ações de curto prazo em detrimento da manutenção dos padrões ambientais e da qualidade de vida das comunidades receptoras. Tal lógica mercantiliza o território e concentra as decisões em grupos hegemônicos que compõem o *trade* turístico, muitas vezes encobrindo processos de exclusão e degradação (Neiman; Mendonça, 2000).

2.3.2 Turismo sustentável: limites do paradigma

A partir da década de 1970, as discussões sobre a sustentabilidade no turismo ganharam mais destaque, como contraponto ao modelo tradicional de turismo de massa. Esse movimento emergiu principalmente em razão da negligência em relação ao meio ambiente, evidenciada pelos impactos da poluição e pelo esgotamento dos recursos naturais, em consonância com as teorias econômicas tradicionais (Fernandes, 2011, *apud* Damas, 2020). A definição de turismo sustentável, conforme estabelecida pela Organização Mundial de Turismo, refere-se à modalidade que “atende às necessidades dos turistas e das regiões receptoras no presente, protegendo e ampliando as oportunidades para o futuro” (OMT, 2003, *apud* Hanai, 2012, p.211).

O modelo pressupõe o equilíbrio entre viabilidade econômica, equidade social e preservação da integridade cultural, bem como dos processos ecológicos essenciais, devendo orientar todas as modalidades turísticas, independentemente do segmento (Hanai, 2012). Nesse contexto, alguns segmentos surgiram diretamente dos debates sobre sustentabilidade, entre eles o Ecoturismo, que deixou de ser visto apenas como um nicho de mercado para ser compreendido como um conceito de viagem que privilegia a interação direta com a natureza e a construção de relações sustentáveis com o meio natural e com as comunidades receptoras, tendo como propósito central a conservação dos ecossistemas e a promoção da educação ambiental (Brasil, 2008).

Entretanto, embora o turismo sustentável e seus desdobramentos sejam amplamente promovidos por organismos internacionais e incorporados às políticas públicas, sua aplicação prática frequentemente permanece condicionada à lógica econômica dominante. Nessas circunstâncias, a sustentabilidade tende a assumir um caráter discursivo e genérico, com reduzida capacidade de promover transformações socioambientais efetivas (Hanai, 2012). Nesse contexto, narrativas governamentais e indicadores do turismo costumam projetar uma imagem idealizada do setor, o que muitas vezes serve para subestimar ou esconder os

impactos negativos reais sobre o meio ambiente, a sociedade e a cultura local (Irving *et al.*, 2005).

Cavalcanti (2012, p. 35) argumenta que a sustentabilidade tem se convertido em um verdadeiro “mantra da atualidade”, reiterado nos discursos sobre desenvolvimento, porém dissociado de um compromisso concreto com seus limites biofísicos. Na prática, o modelo hegemônico continua vinculado a um paradigma econômico baseado no crescimento contínuo, sustentado pela lógica da extração, produção e descarte. Ao buscar um progresso material ilimitado em um contexto de recursos finitos, ocorre uma ampliação sistemática da pegada ecológica¹. A crítica do autor enfatiza que a economia deve ser entendida como um subsistema inserido em um ecossistema limitado e, portanto, precisa se ajustar às restrições biofísicas que a busca por crescimento tende a negligenciar.

Conforme apontam Irving *et al.* (2005), a trajetória da sustentabilidade deve ser entendida como um processo contínuo de construção e avaliação permanente, e não como um “produto acabado” (p.6). Assim, as abordagens contemporâneas do turismo voltadas à sustentabilidade e à conservação ambiental representam avanços importantes ao reconhecer os limites do modelo convencional de desenvolvimento turístico e ao incorporar preocupações ecológicas, sociais e culturais ao planejamento da atividade (Hanai, 2012). Todavia, as dinâmicas hegemônicas têm prevalecido e condicionado o mercado turístico, revelando tensões entre os princípios normativos da sustentabilidade e suas formas concretas de implementação, favorecendo sua apropriação discursiva e resultados superficiais. É nesse contexto de avanços parciais e contradições do turismo sustentável que surge o Turismo Regenerativo (Bellato; Pollock, 2023).

2.3.3 Turismo Regenerativo: fundamentos e críticas

A concepção do desenvolvimento regenerativo surge não como uma extensão ou evolução da sustentabilidade, mas sim como uma ruptura paradigmática necessária diante da insuficiência das abordagens convencionais em reverter a degradação ambiental em escala global (Avecilla, 2018). Pode-se dizer que o alcance de uma transformação efetiva na área do turismo exige uma revisão profunda dos modelos mentais, econômicos e institucionais que orientam o planejamento turístico, conforme defende Pollock (2019). Ou seja, a discussão não

¹ A pegada ecológica é uma métrica que mede a área de terra e água necessária para sustentar o consumo de recursos e absorver os resíduos de uma pessoa, comunidade ou nação, comparando essa demanda com a capacidade regenerativa do planeta. Fonte: <https://www.wwf.org.br>

se refere à otimização de ações para minimização de impactos, mas envolve repensar a intenção e o propósito por trás da governança e da gestão do turismo nos territórios.

Bellato e Pollock (2023) chamam a atenção para a ideia de que o desenvolvimento regenerativo deve ser compreendido como um referencial crítico, que desloca o foco da eficiência operacional para a vitalidade dos sistemas socioecológicos. Nesse sentido, busca-se abandonar a visão de mundo mecanicista, reducionista e fragmentada, para a adoção de uma visão de sistemas vivos, integrados, na qual o ser humano se reconheça como parte intrínseca da natureza e participe de processos de coevolução com ela (Mang; Reed, 2012).

Entretanto, a epistemologia acerca do Turismo Regenerativo ainda se encontra em desenvolvimento. Bellato e Pollock (2023) colocam que há uma forte concentração de produções conceituais e escassez de estudos empíricos críticos, o que torna o tema propenso à apropriação superficial, sobretudo em contextos onde o discurso ambiental é utilizado como estratégia de valorização simbólica dos destinos turísticos.

2.3.3.1 Conceito e princípios

A premissa da abordagem regenerativa sustenta que o ser humano não é um elemento isolado da natureza, mas um participante integrante e decisivo em seu destino (Mang; Reed, 2012). O processo é entendido como um engajamento voltado à restauração e revitalização dos sistemas vivos, o que inclui a própria humanidade, buscando promover novas formas de relação com a vida e o estímulo à participação consciente na continuidade desse ciclo. Como reforça Reed (2006 *apud* Avecilla, 2018, p.22, tradução nossa) “se não existe um potencial mais profundo para relações de vida, então não há regeneração”.

Nesse contexto, o design regenerativo consolida-se por meio de tecnologias e estratégias fundamentadas na compreensão profunda dos ecossistemas, voltadas à regeneração dos recursos que sustentam a vida (Mang; Reed, [s.d], *apud* Avecilla, 2018). Já o desenvolvimento regenerativo é observado por Avecilla (2018) como o uso desses recursos para propiciar o bem-estar social, ao mesmo tempo em que fortalece a resiliência e a diversidade dos sistemas de suporte diante dos desafios do século XXI.

No campo do turismo, a abordagem regenerativa atua como um facilitador para a promoção de encontros mais profundos e potencialmente transformadores entre indivíduos, bem como entre pessoas e o meio em que estão inseridas. Tal perspectiva também contribui para ampliar a capacidade dos sistemas socioambientais “que sustentam a vida no destino e asseguram o desenvolvimento humano em coevolução com a natureza” (Avecilla, 2018, p.64,

tradução nossa). A autora ressalta ainda que o planejamento e a gestão orientados pela lógica regenerativa devem considerar não apenas as dimensões econômicas, socioculturais e ambientais, mas também aspectos políticos e espirituais relacionados ao destino turístico.

Os fundamentos do Desenvolvimento Regenerativo e sua potencial conexão com o Turismo Regenerativo têm sido apresentados na literatura como um conjunto de princípios éticos e epistemológicos que buscam superar os limites das características convencionais da sustentabilidade no turismo (Bellato; Pollock, 2023). A pesquisa de Avecilla (2018), organiza tais princípios estruturando-os em cinco pilares filosóficos, os quais foram sintetizados nesta pesquisa em três eixos analíticos, que permitem problematizar criticamente as formas hegemônicas de planejamento turístico e suas contradições.

O primeiro eixo refere-se à perspectiva regenerativa que observa a relação do ser humano e natureza como sistemas vivos complexos e indissociáveis, que se articulam nos aspectos individuais, sociais e ecológicos. Mang (N. S., 2007, *apud* Avecilla, 2018) parte de uma visão holística para identificar três níveis dessa relação: a capacidade de integrar-se à vida social e estabelecer relações com os outros; a possibilidade de expressar a própria essência por meio da realização pessoal, favorecendo reflexão e integridade; e a habilidade de coevoluir em equilíbrio com os sistemas naturais, sustentada pela inter-relação e pelo cuidado mútuo. Uma quarta dimensão também é acrescentada pelo autor, relacionada à espiritualização da existência, compreendida como o reconhecimento do pertencimento do ser humano a uma totalidade mais ampla.

Em consonância com essa abordagem, Eisenberg e Reed (2003, *apud* Avecilla, 2018) defendem uma compreensão da natureza fundada em interdependências, cooperação e relações simbióticas, transpondo a visão darwinista de competição entre os sistemas. Nessa perspectiva, Mang (N.S., 2007 *apud* Avecilla, 2018) propõe que o desenvolvimento regenerativo deve ampliar a capacidade dos sistemas naturais e sociais de expressarem sua diversidade, criatividade e potencial evolutivo.

No turismo, essa discussão se materializa sobretudo no encontro entre visitantes, comunidades e natureza, no qual a motivação do viajante pode estar associada à busca por conexão com o outro e com o ambiente. Essa perspectiva também se reflete na concepção de espaços e experiências capazes de gerar vínculos mais significativos entre visitantes, comunidades locais e território. Tal referencial contrasta com práticas turísticas que reduzem a natureza a uma mercadoria estética, crítica recorrente em estudos sobre ecoturismo que apontam processos de mercantilização do patrimônio natural (Layrargues, 2003).

Aqui, o ponto de atenção é que, embora o Turismo Regenerativo proponha uma reconexão entre sociedade e natureza, sua implementação fica fragilizada em contextos no qual a atividade permanece orientada predominantemente pela valorização econômica do território (Bellato; Pollock, 2023).

O segundo eixo analítico diz respeito ao sentido de pertencimento, identidade e comunidade, elementos centrais nos discursos regenerativos. Mang (N.S., 2007 *apud* Avecilla, 2018) argumenta que os espaços não devem ser reduzidos à sua função utilitarista, mas reconhecidos como elementos vitais e dotados de sacralidade. Nesse contexto entra o termo “essência do lugar” (Delgado-Castillo, 2014 *apud* Avecilla, 2018), ou a “alma do lugar” (Yázigi, 2001) em que os valores históricos, culturais e simbólicos que estruturam a apropriação do espaço geográfico devem ser considerados no planejamento de destinos turísticos.

Ignorar ou distorcer esses elementos, segundo Pollock (2019), tende a reproduzir experiências genéricas e desconectadas do território, o que compromete tanto a autenticidade quanto a capacidade regenerativa das iniciativas. É justamente nesse viés que podem ocorrer narrativas superficiais de valorização da comunidade, assumindo assim um caráter ambíguo. O pertencimento, quando descolado de processos efetivos de participação e autonomia local, tende a reforçar dinâmicas de exclusão já consolidadas.

O terceiro eixo transversal refere-se ao pensamento sistêmico, que compreende os processos sociais, ecológicos e econômicos como interdependentes e dinâmicos, tornando inadequadas análises fragmentadas no campo da governança e do desenvolvimento. Nessa perspectiva, Avecilla (2018) defende que a sociedade, tradicionalmente organizada por normas legais e mecanismos de controle, deve aproximar-se das características de uma comunidade, fortalecendo um propósito coletivo voltado à preservação do que é considerado essencial no espaço compartilhado.

Eisenberg e Reed (2003 *apud* Avecilla, 2018) afirmam que nenhuma entidade pode ser compreendida isoladamente, sendo a sustentação da vida resultado da interação entre múltiplos sistemas interdependentes. Mang (N.S., 2007 *apud* Avecilla, 2018) amplia essa compreensão ao conceber o lugar como parte de estruturas mais amplas, como Gaia, o que implica reconhecer limites biofísicos e a interdependência entre economia, sociedade e natureza.

No turismo, tal perspectiva exige superar instrumentos de planejamento fragmentados e setoriais, que tendem a reduzir a complexidade territorial a indicadores isolados de desempenho ambiental ou econômico (Bellato; Pollock, 2023). Contudo, a racionalidade

dominante do crescimento e da eficiência (Cavalcanti, 2012) dificulta a incorporação de processos qualitativos, emergentes e de longo prazo, fundamentais à lógica regenerativa (Mang; Reed, 2012).

2.3.3.2 Limites e desafios do conceito

Ao percorrer os autores estudados ao longo da pesquisa, fica claro que o Turismo Regenerativo apresenta forte coerência conceitual enquanto horizonte crítico de transformação dos modelos de desenvolvimento do setor a longo prazo. Contudo, sua materialização enfrenta desafios significativos quando confrontada com as estruturas e lógicas que historicamente organizam o turismo contemporâneo. Grande parte desses desafios decorrem da dificuldade de converter princípios conceituais em práticas concretas em contextos marcados por valores, instrumentos de gestão e modelos econômicos que não foram originalmente concebidos para sustentar transformações estruturais, conforme analisa Bellato e Pollock (2023).

Inicialmente, destaca-se o desafio relacionado à mudança de mentalidade. Mang e Reed (2012) argumentam que a transição para abordagens regenerativas exige a superação de crenças profundamente enraizadas, como a centralidade do controle, da previsibilidade e da separação entre ser humano e natureza. Abandonar uma visão de mundo na qual os atores se percebem como gestores externos de sistemas previsíveis para assumir uma postura de participação em sistemas complexos e interdependentes constitui, para os autores, um processo particularmente desafiador, sobretudo para organizações estruturadas sob lógicas hierárquicas e orientadas predominantemente pela eficiência.

Outro desafio diz respeito à mensuração e avaliação dos processos regenerativos, tendo em vista que o Turismo Regenerativo se caracteriza, substancialmente, por princípios holísticos, relacionais e subjetivos. No campo do desenvolvimento sustentável foram criados indicadores como a pegada de carbono, consumo de água ou gestão de resíduos. Na abordagem regenerativa as pesquisas ainda precisam aprimorar formas alternativas de mensuração, sob a ótica de processos qualitativos, como o fortalecimento da vitalidade comunitária, o aprofundamento dos vínculos sociais e o sentido de pertencimento ao lugar (Avecilla, 2018; Mang; Reed, 2012).

Algumas tentativas de aproximação metodológica já foram identificadas na literatura. Apenas como exemplo, Nivoloni (2021) propôs a adaptação do modelo desenvolvido por Hanai, incorporando indicadores voltados a atividades sustentáveis e integrando outros

derivados de fatores regenerativos, com o objetivo de verificar se os destinos apresentam processos de Turismo Regenerativo.

Bellato e Pollock (2023) criticam a ideia de mensuração, colocada como consequência do viés reducionista e linear:

(...) a mudança em direção à criação de efeitos líquidos positivos está levando alguns pesquisadores a se concentrarem excessivamente em ações e mensuração, o que é inerentemente reducionista e não consegue dar conta da miríade de possibilidades e acontecimentos dos sistemas vivos (p.563, tradução nossa).

Por fim, o confronto entre o Turismo Regenerativo e o modelo econômico dominante constitui o terceiro desafio central. Conforme enfatiza Avecilla (2018), a abordagem regenerativa pressupõe que pessoas, comunidades e ecossistemas ocupem posição central nos processos decisórios, priorizando o bem-estar coletivo em detrimento da mera maximização do lucro.

Nesse sentido, Pollock (2012) propõe substituir a lógica do lucro absoluto pelo conceito de plenitude, em que a economia passa a servir como ferramenta para regenerar a base de recursos por meio da reciprocidade. A proposta inverte a dialética do turismo de massa, fundamentado no crescimento contínuo do volume de visitantes para compensar a diminuição das margens de lucro, ignorando os limites biofísicos do planeta. Nesse mesmo sentido, Cavalcanti (2012) argumenta que, como o planeta e seus ecossistemas são finitos, o crescimento econômico material contínuo implica, necessariamente, em “menos meio ambiente” (p.37), criando um processo de consumo de recursos e geração de resíduos.

Diante desse impasse, a transição para o paradigma regenerativo exige uma reestruturação mais profunda da governança e dos incentivos econômicos, superando visões estritamente mercantilistas da atividade turística.

O contraponto prático fica evidente quando iniciativas que se autodenominam regenerativas limitam-se à restauração ecológica pontual, mantendo práticas empresariais convencionais e excludentes (Bellato; Pollock, 2023). Em contraste, experiências associadas ao turismo de base comunitária e à economia solidária apresentam maior afinidade com os princípios regenerativos. Contudo, conforme apontam Layrargues (2004) e Damas (2020), tais iniciativas ainda enfrentam severas restrições de escala, financiamento e inserção nos circuitos turísticos dominantes.

A trajetória teórica traçada evidencia que o Turismo Regenerativo não se limita a uma versão atualizada da sustentabilidade, mas constitui um chamado à reintegração e coevolução do ser humano com a natureza. Ao transitar de uma ética de mitigação de danos para uma

ética de cuidado e vitalidade ativa, o paradigma regenerativo propõe que cada viagem e cada empreendimento turístico atuem como pontos de cura de territórios e sociedades (Mang; Reed, 2012). Contudo, a materialização desse horizonte depende da superação do pragmatismo economicista e da apropriação dos espaços como mercadorias (Leff, 2012; Fratucci, 2014). O desafio reside em transformar a utopia regenerativa em um referencial capaz de orientar políticas públicas e modelos de negócios que respeitem a essência do lugar e promovam a soberania das comunidades locais frente à homogeneização global.

2.3.4 Jardins Botânicos, Uso Público e Educação Ambiental

Os Jardins Botânicos são considerados importantes equipamentos ambientais urbanos, alicerçados na conservação da biodiversidade, pesquisa científica, educação ambiental e uso público orientado. Com origens associadas à Europa do século XV, esses espaços estavam associados às escolas de medicina e à formação de boticários e cirurgiões, desempenhando funções voltadas à aclimação e ao estudo de espécies vegetais, muitas delas introduzidas a partir das grandes navegações. Ao longo dos séculos, os jardins botânicos consolidaram-se como instituições científicas e, progressivamente, transformaram-se em verdadeiros santuários de proteção da biodiversidade (Gastal; Palma; Castrogiovanni, 2018).

No Brasil, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (2003) define essas instituições como espaços protegidos que abrigam coleções de plantas vivas, cientificamente documentadas, com o propósito de preservar o patrimônio florístico nacional. Para além do rigor técnico, um jardim botânico atua como uma interface social e cultural, ao promover a salvaguarda ambiental com a fruição pública.

2.3.4.1 Jardins botânicos: funções e atribuições

Os jardins botânicos cumprem papel fundamental na mitigação da perda de biodiversidade, ao resguardar exemplares raros e fornecer material genético para programas de restauração ecológica, ao mesmo tempo em que atuam como espaços de educação ambiental, visando a transformação da contemplação da paisagem em experiência educativa, bem como fortalecendo o senso de pertencimento e cidadania diante do meio ambiente e do território (Conama, 2003; Kiyotani; Souza; Tavares, 2016).

Enquanto equipamento de lazer qualificado e de proteção ambiental, os jardins botânicos integram-se às dinâmicas culturais e cotidianas das cidades (Gastal; Da Silva;

2016). O Brasil possui instituições de relevância internacional que exemplificam a relação entre ciência e lazer, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o mais antigo em atividade e referência internacional em pesquisa (Bediaga, 2007). Em Curitiba, a emblemática estufa de vidro e os traçados geométricos transformaram o equipamento em ícone turístico e ornamental (Kiyotani; Sousa; Tavares, 2016).

Outras instituições também evidenciam diferentes formas de integração entre conservação, cultura e fruição pública. O Jardim Botânico de São Paulo destaca-se por sua relevância científica e por seu papel na conservação da flora, enquanto o Instituto Inhotim, em Minas Gerais, tornou-se reconhecido pela proposta singular de articulação entre arte contemporânea, paisagem e conservação ambiental (Kiyotani; Sousa; Tavares, 2016).

2.3.4.2 Jardins botânicos e turismo

Os jardins botânicos, ao integrarem a produção científica, a conservação dos biomas e a educação ambiental, apresentam-se preparados para receber o público em espaços dotados de beleza cênica, propícios a experiências contemplativas e de conexão com a natureza. Além de cumprirem funções pedagógicas, configuram-se como atrativos turísticos contemporâneos, inseridos tanto no turismo urbano quanto no turismo de natureza (Gastal; Palma; Castrogiovanni, 2018).

Segundo Beni (2003), os jardins botânicos podem ser classificados como realizações técnicas e científicas contemporâneas, cujas características específicas permitem seu aproveitamento como recursos de atração turística. No âmbito do turismo de jardins, considerado um segmento de nicho, a motivação dos visitantes pode estar diretamente vinculada ao interesse técnico e científico, mas também, de forma recorrente, ao bem-estar espiritual e à contemplação da beleza paisagística (Gastal, Beber; César, 2018).

A operacionalização das visitas nesses espaços costuma ocorrer por meio de práticas de interpretação ambiental, que buscam promover uma relação mais profunda entre o acervo e o visitante. Trilhas guiadas, palestras e aulas de campo constituem exemplos de ferramentas que, quando bem conduzidas, revelam significados, despertam emoções e transformam o simples ato de caminhar em uma oportunidade de aprendizado sobre as inter-relações ecológicas, favorecendo a sensibilização entre os visitantes (Kiyotani; Sousa; Tavares, 2016). Soma-se, nesse contexto, o turismo pedagógico, que se vale de linguagens e metodologias adaptadas a diferentes públicos, abrangendo desde a educação infantil até níveis de especialização acadêmica.

A partir desse panorama, evidencia-se que os jardins botânicos detêm prerrogativas funcionais e práticas diretamente vinculadas ao Turismo Regenerativo. Enquanto espaços vivos de experimentação científica, educativa e cultural, esses equipamentos revelam um potencial significativo para contribuir de forma ativa na regeneração socioambiental dos territórios em que estão inseridos. Sob essa perspectiva, torna-se promissor investigar de que maneira as práticas turísticas desenvolvidas em jardins botânicos podem transcender a lógica da mitigação de impactos, promovendo o fortalecimento de processos ecológicos, educativos e sociais.

2.3.5 Diretrizes Analíticas para o Turismo Regenerativo em Jardins Botânicos

A partir do arcabouço teórico construído até aqui, observa-se que o Turismo Regenerativo representa uma nova forma de relação entre o indivíduo, o outro e o meio ambiente, associada ao reconhecimento da histórica desconexão entre sociedade e natureza, processo que contribuiu para a atual crise ambiental enfrentada pelo planeta (Avecilla, 2018). Em termos mais práticos, trata-se de uma tentativa de ressignificar determinadas formas de relação com a natureza, inspiradas em modos de vida frequentemente associados aos povos originários, nos quais se reconhece a integração e a interdependência próprias dos sistemas vivos (Bellato; Pollock, 2023).

Os jardins botânicos, em função de suas características e atribuições institucionais, configuram-se como espaços com elevado potencial regenerativo, ao articularem, em uma mesma estrutura física e organizacional, atividades de pesquisa científica, conservação ambiental e uso público. Assim, as diretrizes analíticas apresentadas a seguir, organizadas a partir das dimensões ambiental, social/educativa e de gestão/uso público, constituem a base para a articulação entre o referencial teórico e o estudo de caso proposto nesta pesquisa.

2.3.5.1 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental fundamenta-se na crítica ao paradigma da sustentabilidade, frequentemente interpretado como mitigação de danos, enquanto o Turismo Regenerativo propõe a busca por impactos líquidos positivos nos ecossistemas (Pollock, 2019). O ponto de partida dessa abordagem é a compreensão do território como um sistema vivo e interdependente, no qual os processos ecológicos, sociais e culturais são indissociáveis. Nesse sentido, o planejamento e a gestão devem superar a lógica centrada apenas na redução de

impactos negativos e orientar-se para o fortalecimento da capacidade regenerativa dos sistemas naturais e sociais, ampliando sua diversidade, resiliência e potencial evolutivo (Mang; Reed, 2012).

No contexto dos jardins botânicos, conforme apontam Gastal, Palma e Castrogiovanni (2018), os pilares da conservação da biodiversidade regional, da manutenção de coleções botânicas e da restauração ecológica podem ser compreendidos como processos dinâmicos e permanentes, articulados de forma integrada à pesquisa científica e ao uso público do equipamento, com o objetivo de subsidiar o efetivo fortalecimento dos sistemas naturais associados ao território.

Desse modo, torna-se fundamental observar como se articulam os processos de conservação e as práticas de visitação, considerando que a experiência do visitante precisa ser planejada de modo a colaborar na reconexão entre o ser humano e a natureza, evitando uma relação baseada exclusivamente na contemplação estética da paisagem e em sua mercantilização, o que reforçaria a dissociação entre conservação ambiental e uso turístico (Layrargues, 2004). Nesse mesmo sentido, as atividades de visitação e interação com o público devem respeitar as condições de fragilidade ambiental e os processos ecológicos inerentes ao espaço, observando os limites de visitação estabelecidos (Kiyotani; Sousa; Tavares, 2016).

2.3.5.2 Dimensão Social e Educativa

No âmbito do Turismo Regenerativo, a dimensão social e educativa assume papel central, ao compreender a atividade turística como um processo formativo capaz de promover transformações de valores, construção de vínculos, aprendizagem e corresponsabilidade socioambiental (Bueno; Pires, 2006).

Ao fazer um paralelo com o Ecoturismo, Neiman e Mendonça (2002) ressaltam a necessidade de preparação do visitante para o lugar, evitando a padronização das experiências e das paisagens. Para os autores, a mudança efetiva de pensamento não depende apenas do conhecimento técnico, mas da construção de um elo afetivo com a natureza, capaz de atribuir sentido à experiência turística e estimular o compromisso com a preservação.

Nessa perspectiva, a educação ambiental tende a enfatizar a experiência vivencial como elemento preponderante do processo educativo. O contato com o desconhecido, com o inesperado e com os ritmos da natureza pode estimular movimentos de autoconhecimento, respeito ao outro e a construção de novas formas de aproximação baseadas no afeto,

fenômeno conhecido como toponímia² (Bueno; Pires, 2006). Esse tipo de relação contribui para a reconexão entre sociedade e natureza, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência crítica e de um sentimento de pertencimento, elementos essenciais para que a conservação ambiental deixe de ser um conceito abstrato e se constitua como um compromisso ético (Pinheiro; Soares; Azevedo, 2010).

Sob essa ótica, espera-se que as ações educativas e de uso público desenvolvidas no jardim botânico viabilizem experiências com potencial transformador, tanto no plano individual quanto no comunitário, de forma coerente e articulada com o território no qual o equipamento está inserido. A relação do equipamento com a comunidade local, instituições de ensino e demais atores sociais constitui outra diretriz relevante, uma vez que processos regenerativos pressupõem participação, aprendizagem contínua e valorização dos saberes locais (Pollock, 2019).

Cabe considerar também a importância de ressignificar o papel do morador local na atividade turística, compreendida por Gastal e Moesch (2007, apud Gastal; Silva, 2016) a partir da noção de turista cidadão, caracterizado pelo despertar de um novo olhar do morador quando provocado a redescobrir o seu próprio território.

De acordo com as autoras, essa redescoberta tende a auxiliar no fortalecimento do vínculo afetivo com o lugar, condição fundamental para o cuidado ambiental e que não se estabelece de forma automática. Assim, a regeneração não depende apenas de ações técnicas de restauração, mas também da reconstrução de sentidos compartilhados sobre o território.

Depreende-se, assim, que a aproximação com a comunidade local é fator importante que leva à inserção mais orgânica dos visitantes no território, reforçando o entendimento de que a atividade turística se torna legítima quando contribui para o bem-estar e para o fortalecimento do vínculo dos moradores com o lugar. A lógica vai ao encontro com o princípio de coevolução associado ao turismo regenerativo, que propõe a transição da atividade para um modelo integrativo, no qual comunidade, instituição e ecossistema evoluem conjuntamente (Avecilla, 2018; Mang; Reed, 2012).

Enquanto equipamentos públicos, os jardins botânicos configuram-se como espaços privilegiados para a mediação entre sociedade e natureza, contemplando atributos favoráveis à formatação de experiências educativas contínuas que integrem conservação, sensibilização e uso público. A visitação nesses espaços pode, portanto, ser orientada para a interpretação

² Toponímia (do grego "amor ao lugar") é um conceito de Yi-Fu Tuan que descreve os vínculos subjetivos e as conexões emocionais profundas entre as pessoas e os ambientes que habitam. (Fonte: <https://www.livros1.com.br/pdf-read/livar/TOPOFILIA---UM-ESTUDO-DA-PERCEP%C3%87AO.pdf>)

ambiental, a compreensão dos processos ecológicos e a formação de valores associados ao cuidado e à responsabilidade socioambiental (Gastal; Palma; Castrogiovanni, 2018).

Em termos práticos, oficinas de cocriação, programas de voluntariado e práticas participativas imersivas representam ferramentas potentes para despertar o engajamento do público, sejam moradores locais ou turistas, permitindo a transição do visitante da posição de consumidor para a de agente corresponsável (Mang; Reed, 2012). Essa mudança de posição é central para a consolidação de uma abordagem regenerativa, pois pressupõe a transformação da mentalidade e das relações entre sociedade, território e natureza, transcendendo a simples contemplação da paisagem (Pollock, 2012).

2.3.5.3 Dimensão de Gestão e Uso Público

A dimensão de gestão e uso público, sob a perspectiva do Turismo Regenerativo, propõe uma revisão aprofundada das formas de governança, planejamento e tomada de decisão, almejando a superação de lógicas hierárquicas, fragmentadas e imediatistas (Mang; Reed, 2012; Pollock, 2019).

Nesse contexto, a governança dialoga com a concepção de território como produto das relações sociais, técnicas e institucionais (Santos, 1996; Fratucci, 2014; Yázigi, 2001), no qual poder público, visitantes, comunidade local e mercado produzem territorialidades distintas e, por vezes, conflitantes.

No âmbito dos equipamentos de uso turístico, as políticas públicas precisam reconhecer essas convergências e tensões, buscando equilibrar o interesse público associado a tais equipamentos com as pressões decorrentes da valorização econômica e turística. Nesse sentido, o papel ativo do Estado mostra-se fundamental nos processos de regulação, financiamento e fiscalização (Layrargues, 2004; Fratucci, 2014).

No contexto da visitação e do uso público, a formatação das experiências no Jardim Botânico, de acordo com Gastal, Palma e Castrogiovanni (2018), deve buscar priorizar práticas educativas, processos de sensibilização ambiental e estratégias de conservação, evitando que essas iniciativas se reduzam a atividades predominantemente recreativas. Conforme defendem os autores, é fundamental que o espaço seja gerido como um laboratório vivo, capaz de qualificar o cotidiano e transformar o lazer em um exercício de cidadania ambiental.

No que tange ao planejamento e à operacionalização desse tipo de equipamento, é preponderante que as diretrizes sejam orientadas pela regeneração dos sistemas

socioambientais, o que exige a integração entre conservação, educação ambiental e visitação, bem como a adoção de processos de longo prazo, de modo que as estratégias de gestão não se limitem a ações pontuais condicionadas por restrições administrativas e orçamentárias (Gastal; Palma, Castrogiovanni, 2018).

Por fim, o olhar regenerativo pressupõe uma gestão ajustada à dinâmica territorial mais ampla (Fratucci, 2014), integrando o jardim botânico às políticas ambientais e urbanas da região, no qual a coerência entre planejamento, uso público e função social constitui a base para a vitalidade sistêmica proposta pelo Turismo Regenerativo (Pollock, 2019).

2.4 Análise do turismo regenerativo no Jardim Botânico de Poços de Caldas

A partir das entrevistas aplicadas aos gestores responsáveis atualmente pelo Jardim Botânico de Poços de Caldas, foram extraídas as principais percepções, intenções e modos de gestão conduzidos no âmbito do equipamento público, confrontando com as diretrizes analíticas do Turismo Regenerativo proposto anteriormente. Havia a intenção de que as entrevistas fossem aplicadas também para alguns membros do Conselho Curador da Fundação Jardim Botânico, porém as atividades do conselho estão suspensas desde a publicação do Decreto de Intervenção Administrativa Municipal, ocorrida em setembro de 2025.

Para melhor organização e interpretação dos dados coletados, as percepções dos entrevistados foram sistematizadas em quadros analíticos e, em seguida, foram realizadas análises interpretativas à luz do referencial teórico. Além disso, as informações contidas em outros documentos, especialmente no Relatório de Atividades do ano de 2025, elaborado pelo Departamento Técnico Científico do JBPC, foram fundamentais para validar ou confrontar as observações destacadas nas entrevistas.

2.4.1. Dimensão Ambiental do Turismo Regenerativo

A dimensão ambiental observada no JBPC vai além da manutenção de áreas verdes, fundamentando-se na produção de conhecimento científico e na salvaguarda do patrimônio florístico regional.

As entrevistas revelam a centralidade do eixo ambiental, compreendido como a dimensão mais atuante e estruturante, a partir da qual se organizam e se condicionam as demais, conforme explicita a fala do Entrevistado 2:

A conservação e a pesquisa funcionam como eixo estruturante. Educação ambiental e uso público derivam dessa base técnica. Quando há conflito entre interesses (por exemplo, expansão de uso público *versus* preservação de áreas sensíveis), a decisão deve ser guiada por critérios ecológicos.

O Entrevistado 1 destaca a singularidade do JBPC no contexto dos jardins botânicos e chama a atenção para a questão da comunicação e do reconhecimento público de sua especificidade ecológica:

Embora seja pequeno, o Jardim Botânico é especialista em vegetação de Mata Atlântica de campo de altitude, possivelmente o único no Brasil com esse foco. O desafio é comunicar isso ao público. Muitos acham que o campo de altitude é área degradada, quando na verdade é vegetação nativa específica, protegida pela Lei da Mata Atlântica.

No que tange à visão sistêmica, o Entrevistado 3 lança luz sobre essa perspectiva na atuação do JBPC, o que evidencia a compreensão do equipamento como um agente articulador de processos ecológicos e sociais:

Na minha percepção, as ações do Jardim Botânico têm um impacto cada vez mais significativo no fortalecimento do ecossistema local. Por meio da conservação de espécies nativas, do manejo sustentável das áreas verdes e das atividades educativas voltadas à conscientização ambiental, o Jardim contribui de maneira concreta para a preservação da biodiversidade e para a formação de cidadãos ambientalmente conscientes. Com o tempo, essas ações tendem a gerar um efeito multiplicador, fortalecendo a resiliência ambiental e promovendo um ambiente mais saudável e equilibrado para a comunidade.

As diferentes perspectivas apresentadas pelos entrevistados permitem identificar padrões e examinar as tensões entre integridade ambiental, pressões do uso público e fragilidade institucional. O quadro que segue abaixo organiza os principais achados para possibilitar o aprofundamento de sua leitura analítica.

Quadro 1- Síntese da dimensão ambiental

Categoria analítica	Percepções e práticas institucionais
Relação turismo <i>versus</i> conservação	• Na visão dos entrevistados, a atividade turística no JBPC é desejável e observada como uma aliada na conservação e na difusão dos objetivos da instituição; • A potencialização do turismo tem sido incentivada mais fortemente desde o fim do ano de 2025, contando com a readequação dos horários de funcionamento, passando a abrir aos finais de semana e feriados; • Por outro lado, também existe uma preocupação em equilibrar a atividade com a conservação e pesquisa;

	• Para o entrevistado 1, a ampliação da visitação não pode comprometer os objetivos técnicos do JBPC; • O entrevistado 2 pondera que o turismo pode ser um aliado para a conservação, desde que sejam mantidas estratégias adequadas de manejo do espaço, e de forma que a atividade se ajuste ao planejamento ecológico e institucional, nunca o contrário; • O entrevistado 3 aponta que a diretoria está buscando auxílio de profissionais das áreas de turismo e especialistas em educação ambiental para elaborar um plano estratégico que assegure que o aumento de fluxo de visitantes ocorra de forma sustentável e integrada aos objetivos de conservação, educação e engajamento comunitário do JBPC.
Regeneração ecológica	• Atualmente, a regeneração ecológica é predominantemente vinculada à pesquisa e às práticas de conservação desenvolvidas pelo JBPC; • O Entrevistado 1 destaca as ações de conservação <i>in situ</i> e <i>ex situ</i>, com foco na Serra de São Domingos (Poços de Caldas) e na Pedra Branca (Caldas). Aponta o banco de sementes, o germoplasma e a produção de mudas como programas contínuos e estruturantes para a recomposição ambiental. Ressalta ainda a singularidade do JBPC como especialista em vegetação de Campo de Altitude, ecossistema protegido pela Lei da Mata Atlântica; • De forma convergente, o Entrevistado 2 associa a regeneração ao banco de sementes com foco em espécies nativas da Mata Atlântica, especialmente das formações locais, como Floresta Estacional Semidecidual e Campos de Altitude. Destaca o apoio técnico na substituição de espécies exóticas invasoras e a salvaguarda de espécies raras ou ameaçadas, compreendendo essas ações como base para políticas consistentes de restauração ecológica e adaptação climática. Menciona ainda a produção e distribuição de aproximadamente 20 mil mudas ao ano, o que representa impacto territorial concreto na recomposição da vegetação nativa e no fortalecimento de serviços ecossistêmicos, como regulação climática, infiltração hídrica e suporte à fauna polinizadora; • O Entrevistado 3 complementa ao articular restauração ecológica, pesquisa e educação ambiental como vetores essenciais à preservação da biodiversidade e à formação de cidadãos ambientalmente conscientes e multiplicadores, contribuindo para a manutenção dos ecossistemas locais; • De modo geral, a compreensão da regeneração entre os entrevistados fundamenta-se na ciência, na preservação do material genético e na restauração ambiental estruturada, com a expectativa de que a educação ambiental amplie a conscientização e favoreça a adoção de práticas mais integrativas e respeitosas na relação com a natureza.
Pressões ambientais	• Para os gestores, o aumento da visitação deve estar respaldado por planejamento, que inclua zoneamento, estudo de capacidade de carga, monitoramento contínuo, equipe completa e treinada, além de protocolos claros para o público;

	• Os entrevistados 2 e 3 reconhecem que há riscos potenciais associados à visitação sem planejamento, monitoramento e fiscalização adequados, como a perturbação da fauna e a pressão por ampliação de infraestrutura em áreas sensíveis; • O entrevistado 1 ressalta que a principal pressão não decorre do público atual, mas da possibilidade futura de expansão da visitação sem o suporte institucional necessário; • Destaca que o modelo de visitação foi reestruturado, garantindo a presença permanente de monitores ambientais durante a realização dos circuitos.
Papel do visitante	• Para o entrevistado 1, o visitante ainda não compreende plenamente a função de um Jardim Botânico, havendo confusão entre parque natural e espaço científico. Por isso, entende que a visita deve proporcionar experiências significativas e transformadoras. Como exemplo, menciona que o jardim sensorial e o setor de plantas medicinais e temperos geram maior conexão com o público, possivelmente por se aproximarem do cotidiano dos visitantes; • O entrevistado 2 ressalta que experiências interpretativas e vivenciais podem ampliar a consciência ambiental e transformar a relação do visitante com o espaço; • Contudo, relata a ocorrência de furtos de espécies nos viveiros, praticados por visitantes, o que evidencia a necessidade de planejamento, protocolos claros de conduta, conscientização e fiscalização contínua; • O entrevistado 3 enfatiza que o fortalecimento do senso de pertencimento da população é essencial para promover corresponsabilidade socioambiental; • No âmbito da visitação, entende que experiências imersivas, que integrem educação ambiental e aproveitamento turístico, tendem a gerar resultados mais positivos e transformadores; • De modo geral, o visitante é percebido como ator potencialmente transformador, desde que a experiência seja mediada por estratégias educativas e interpretativas estruturadas.
Limites ecológicos	• Segundo o entrevistado 1, pesquisa e conservação sempre foram prioridades e funcionam de forma integrada, de modo que o uso público não pode competir ou se sobrepor a esses pilares; • Destaca a necessidade de ampliar a estrutura do herbário, que reúne aproximadamente 8.000 espécies tombadas e opera próximo ao seu limite de armazenamento, assim como a coleção viva, composta por 6 estufas temáticas abertas à visitação e 2 destinadas ao repositório técnico, a fim de expandir a produção de mudas voltadas à recuperação ambiental; • O entrevistado 2 enfatiza a importância de critérios técnicos para equilibrar visitação e preservação, mencionando a adoção de marcos legais e protocolos de padronização, como os do IPNI (<i>International Plant Names Index</i>) e da BGCI (<i>Botanic Gardens Conservation</i>

	<i>International</i>), além do alinhamento com outros jardins botânicos do país. Ressalta que, em caso de conflito, os critérios ecológicos devem prevalecer; • O entrevistado 3 reforça que elementos como banco de sementes e coleções científicas não podem ser flexibilizados, juntamente com a função educativa da instituição. Destaca ainda que áreas sensíveis exigem atenção específica na organização de visitas, a fim de evitar riscos de degradação.
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

2.4.1.1 *Análise Interpretativa da Dimensão Ambiental*

As percepções dos entrevistados revelam que a pesquisa, conservação e educação ambiental constituem os pilares estruturantes do JBPC, em consonância com os objetivos estabelecidos no marco legal dos jardins botânicos. No entanto, os setores não atuam de forma equalizada, sendo que os programas dos núcleos de pesquisa e conservação estão mais consolidados, o que reflete significativamente na regeneração ecológica do ecossistema do Planalto de Poços de Caldas, com ênfase nos Campos de Altitude, protegidos pela Lei da Mata Atlântica.

Essa prática demonstra aproximação com a função regenerativa do equipamento na restauração da vitalidade do território, transcendendo a lógica de apenas sustentar o que existe, compreendendo um dos vetores da abordagem regenerativa proposta por Mang e Reed (2012). Assim, o banco de sementes, o germoplasma e a produção de mudas impactam diretamente na resiliência climática, na proteção do patrimônio genético regional e na salvaguarda de espécies raras. O crescimento de 8,3% do acervo do Herbário no ano de 2025, a produção de mudas para atender o PRAD (Programa de Recuperação de Área Degradada) no Córrego Vai-e-Volta e o monitoramento de 11 áreas de Campo de Altitude no perímetro urbano de Poços de Caldas demonstram, sob a ótica de Pollock (2019), a efetiva geração de benefícios líquidos do JBPC, com impacto territorial que contribui para a restauração da biodiversidade e funcionalidade ecossistêmica para além da área física do equipamento ambiental.

Percebe-se que essa regeneração permanece ancorada em uma lógica técnico-científica e conservacionista, no qual a perspectiva sistêmica entre comunidade, território e instituição ainda se apresenta de forma limitada. Nesse ponto, é válido ressaltar que na abordagem regenerativa, o ponto de partida é a coevolução (Mang e Reed, 2012), ou seja, a ciência e a

participação da comunidade devem caminhar juntas, de maneira interdependente e integrada entre sociedade, território e instituição.

Dessa forma, o limite identificado nos dados não está na ausência de conhecimento científico, mas na integração insuficiente da comunidade como sujeito ativo desse processo. Sem essa articulação, a regeneração tende a permanecer no plano ecológico, sem alcançar plenamente a transformação das relações socioambientais proposta pela abordagem regenerativa.

O distanciamento torna-se mais evidente quando é observada a lacuna existente entre o potencial científico do JBPC e a percepção do visitante. A falta de compreensão pública acerca do caráter científico e planejado do espaço, frequentemente confundido com parque natural ou parque urbano comum, fragiliza a construção de uma consciência ambiental mais profunda. Essa barreira favorece condutas inadequadas que resultam em degradação, como o furto de mudas nos viveiros.

Esse cenário evidencia que a regeneração ambiental depende de maneira essencial da mediação educativa. Sem essa dimensão pedagógica, o visitante permanece alheio ao processo, dificultando o desenvolvimento de vínculos afetivos e de corresponsabilidade socioambiental.

Importa analisar também que os limites ecológicos identificados revelam que a regeneração está condicionada à capacidade de gestão do equipamento. A expansão da infraestrutura científica e o fortalecimento da equipe técnica aparecem como pré-requisitos para a ampliação da visitação e das ações regenerativas. Tal constatação reforça que a vulnerabilidade ambiental não decorre apenas de pressões externas, mas também de fragilidades estruturais e administrativas, o que desloca a discussão para o campo da governança e da sustentabilidade institucional.

Especificamente sobre o fomento do turismo no espaço, observa-se a intenção da municipalidade em estruturar o local para receber adequadamente os fluxos de visitantes, justamente com a ideia de promover a conscientização ambiental, disseminar a importância da função do equipamento e ajustar o pilar de uso público, inerente ao marco legal dos jardins botânicos. Por outro lado, existe também a preocupação de que o turismo não se sobreponha à função técnica e científica, de modo que a atividade seja incentivada como suporte à conservação e subordinada a critérios ecológicos rigorosos, garantindo que a essência do lugar não seja sacrificada em prol de fluxos de entretenimento desmedidos.

A análise indica que o JBPC apresenta bases consistentes de sustentabilidade ecológica e demonstra intenção de aproximação ao paradigma do turismo regenerativo.

Todavia, essa transição ainda está condicionada à consolidação de uma visão sistêmica que integre ciência, educação e território, bem como à superação de entraves institucionais que podem restringir o alcance transformador da proposta regenerativa.

2.4.2 Dimensão Social e Educativa do Turismo Regenerativo

A dimensão social e educativa articula a função pedagógica do JBPC com a experiência subjetiva do visitante e às funções públicas do espaço. No paradigma regenerativo, o espaço deixa de ser um mero cenário contemplativo para se tornar um ambiente de aprendizado ativo, no qual a educação ambiental atua como o elo entre o conhecimento científico e a sensibilização cidadã.

As entrevistas indicam que a dimensão social e educativa é compreendida como elemento essencial para o equilíbrio das funções do JBPC, ainda que apresente potencial significativo de ampliação e qualificação de seus impactos no território.

O Entrevistado 3 aborda essa dimensão em articulação direta com a gestão institucional, ao destacar que:

Atualmente, observa-se que certas áreas, como a educação ambiental e o aproveitamento turístico, estão menos exploradas, enquanto outras atividades, como a conservação de espécies, recebem maior atenção, mas nem sempre de forma integrada com os demais pilares.

Além disso, os entrevistados convergem ao reconhecer a qualidade da experiência como fator determinante para a efetividade das ações educativas e para a promoção da conscientização ecológica. Nesse sentido, o Entrevistado 1 destaca que “a experiência precisa ser significativa. A parte de plantas medicinais, temperos e jardim sensorial gera maior conexão com o público.”

Complementarmente, o Entrevistado 2 aponta para um processo em construção no modelo de educação ambiental, ao afirmar que:

o participante não apenas aprende sobre biodiversidade; ele compreende os processos ecológicos e participa da solução, como no plantio, coleta, produção de mudas e acompanhamento. Ou seja, há transição progressiva de visitante para agente corresponsável pelo território.

Com base nessas e outras percepções, o quadro a seguir organiza os elementos mais importantes para a pesquisa, extraídas das falas dos entrevistados e contribuindo para uma leitura estruturada dessa dimensão.

Quadro 2 - Síntese da dimensão social e educativa

Categoria analítica	Percepções e práticas institucionais
Educação ambiental	• A função pedagógica do JBPC encontra-se estruturada, embora ainda em processo de consolidação institucional, com potencial para se tornar um programa mais integrado e impactante; • O Entrevistado 1 reconhece que a educação ambiental historicamente foi o ponto mais frágil diante das limitações operacionais, apesar de possuir fundamentação técnica consistente; • Relata a existência de projetos direcionados às escolas conforme a faixa etária, porém as visitas ocorrem majoritariamente por demanda espontânea; • Menciona a intenção de estruturar o programa em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, especialmente para apoio logístico, bem como a proposta de criação de núcleos de educação ambiental fora do JBPC, em áreas estratégicas como o Parque da Serra de São Domingos; • O Entrevistado 2 reforça a relevância da educação ambiental na instituição, destacando a oferta de 15 oficinas práticas com abordagem vivencial, adaptadas às diferentes faixas etárias e objetivos pedagógicos, além da participação na Semana do Meio Ambiente com formação técnica e crítica; • O Entrevistado 3 aponta possibilidades de ampliação por meio de oficinas de cocriação, programas de voluntariado e práticas de manejo e plantio de mudas, compreendendo essas ações como estratégias para fortalecer o engajamento e ampliar o alcance formativo do espaço.
Transformação do visitante	• Os entrevistados reconhecem que o JBPC possui potencial para promover transformação na percepção ambiental dos visitantes, desde que a experiência seja mediada de forma qualificada; • O Entrevistado 3 destaca que o espaço pode se consolidar como ambiente de aprendizado ativo e formador de consciência ambiental e cidadã, especialmente por meio de vivências imersivas que fortaleçam a conexão entre o acervo científico e o público; • O Entrevistado 2 enfatiza a necessidade de manter uma educação ambiental de caráter crítico, fundamentada nos pilares da pesquisa e da conservação. Ressalta que, sem mediação educativa estruturada, o JBPC tende a ser percebido como parque urbano comum, o que fragiliza seu potencial transformador; • O Entrevistado 1 pondera que, antes de qualquer transformação mais profunda, é necessário que comunidade e turistas compreendam o que caracteriza um Jardim Botânico, já que parte do público o confunde com parque natural. Assim como os demais, aposta em experiências imersivas como estratégia de sensibilização e aprendizagem; • De modo geral, a transformação do visitante é compreendida como possibilidade real, condicionada à clareza institucional e à mediação

	educativa consistente. Fica evidente que o aprimoramento da educação ambiental está sendo estudado.
Relação com comunidade	- Os entrevistados reconhecem que o envolvimento comunitário ainda é limitado, mas possui potencial estratégico para fortalecer o senso de pertencimento e a corresponsabilidade socioambiental; - O Entrevistado 3 enfatiza que a aproximação com a comunidade pode gerar maior participação nas iniciativas de restauração ecológica e educação ambiental. Entre as possibilidades mencionadas, destaca a participação de moradores na produção e plantio de mudas, oficinas práticas voltadas à consciência cidadã, monitoramento da biodiversidade e programas de voluntariado que integrem visitantes e população local; - O Entrevistado 1 pondera que, antes de ampliar o engajamento, é necessário que a comunidade conheça a existência e a função do Jardim Botânico. Avalia que o espaço ainda não é amplamente percebido como bem coletivo, com poucas exceções, o que restringe o senso de pertencimento; - De forma convergente, o Entrevistado 2 indica que as iniciativas de aproximação existentes são pontuais e insuficientes, destacando a necessidade de mecanismos de governança participativa como estratégia para fortalecer o vínculo entre o JBPC e a comunidade; - De modo geral, a relação com a comunidade é reconhecida como dimensão a ser ampliada, dependente de maior visibilidade institucional e de estruturas participativas mais consolidadas.
Valorização cultural / simbólica	- Os Entrevistados 1 e 2 destacam que o JBPC, apesar de sua dimensão territorial reduzida, possui especialização em vegetação de Campo de Altitude, atuando como guardião do ecossistema predominante no Planalto de Poços de Caldas; - O Entrevistado 1 ressalta que o principal desafio é comunicar essa singularidade ao público, uma vez que parte da população associa o Campo de Altitude a áreas degradadas ou a simples pastagens, desconhecendo sua relevância para a manutenção climática, proteção do solo e equilíbrio ecológico regional; - O Entrevistado 2 amplia essa dimensão ao mencionar o resgate e manejo da cultura caipira, bem como a preservação do patrimônio genético regional, reforçando o vínculo entre biodiversidade e identidade territorial; - O Entrevistado 3 reconhece o JBPC como polo de conservação, aprendizado e lazer, atribuindo-lhe papel simbólico e territorial relevante no município como uma potencialidade eminente; - De modo geral, a análise indica que o equipamento possui forte dimensão identitária e simbólica, associada à proteção do ecossistema local e à memória cultural. Contudo, sua fragilidade reside na comunicação e na capacidade de ampliar essa percepção junto à comunidade.

Conflitos sociais	• Nas falas dos três entrevistados, observa-se que o uso público ainda é incipiente diante da potencialidade e da função do JBPC enquanto equipamento público ambiental; • Os Entrevistados 1 e 3 demonstram intenção de ampliar a visitação, reconhecendo o papel do espaço na difusão da educação ambiental e na aproximação com a sociedade. Contudo, enfatizam que pesquisa e conservação permanecem como prioridades institucionais e não podem ser flexibilizadas em função da expansão do público; • O Entrevistado 2 adota postura mais cautelosa, ponderando que o incentivo à exploração turística, quando desvinculado de planejamento adequado, monitoramento contínuo e estrutura operacional robusta, pode fragilizar os pilares da pesquisa e da conservação. Também alerta para o risco de que o espaço seja utilizado predominantemente para lazer, em detrimento de sua função educativa e científica; • De modo geral, os conflitos sociais identificados não se manifestam como disputas explícitas, mas como tensões potenciais entre ampliação do uso público e preservação da missão técnico-científica do JBPC.
Papel social do Jardim Botânico	• O Entrevistado 1 destaca a existência da revista científica produzida pelo JBPC, que reúne estudos de pesquisadores no âmbito do equipamento. Essa iniciativa evidencia o papel do espaço como promotor de produção e difusão de conhecimento, fortalecendo sua função pública junto à comunidade acadêmica e consolidando-o como ambiente de investigação científica e formação; • Os Entrevistados 2 e 3 ressaltam os projetos de educação ambiental e conservação como formas de impacto direto na vida da comunidade, tanto por meio da restauração e manutenção dos ecossistemas quanto pela formação de cidadãos ambientalmente conscientes e críticos, a partir de mediação educativa estruturada; • De modo geral, embora os programas demandem maior estruturação e ampliação, a pesquisa indica impactos concretos nas dimensões ambiental, científica e educativa, reforçando o papel social do JBPC enquanto equipamento público.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

2.4.2.1 Análise interpretativa da Dimensão Social e Educativa

Os resultados revelam que a função educativa do JBPC é reconhecida como dimensão constitutiva de sua missão institucional. A educação ambiental é concebida como mediação entre sociedade e natureza, com a intenção de transformar a contemplação passiva em experiência reflexiva e formativa.

Conforme os resultados das entrevistas e dos dados observados no relatório do Jardim Botânico, a conexão com o público é segmentada a partir de três perspectivas: grupos

escolares e universitários, profissionais de empresas e indústrias locais ou visitas espontâneas da população e de turistas.

Para os grupos organizados são ofertadas 15 oficinas temáticas, escolhidas de acordo com foco de interesse, faixa etária ou tipo de grupo. Em 2025, mais de 1.300 pessoas participaram das oficinas, sendo a maioria alunos de instituições de ensino locais e regionais que procuram espontaneamente o espaço para complementar as atividades dadas em sala de aula. Ressalta-se aqui o viés integrativo proposto nas oficinas, com a junção de temas de botânica, cultivo, arte, conscientização ambiental, preservação e identidade regional. A transversalidade temática e pedagógica pode ser remetida ao conceito de saber ambiental de Leff (2012), que propõe a interdisciplinaridade como um método necessário para reintegrar os conhecimentos e processos, unindo as ciências da natureza, a cultura e a sociedade. Assim, o formato dessas oficinas favorece ao visitante compreender a natureza complexa do ambiente em suas múltiplas dimensões.

Para o público em geral existe a opção de realização de visitas livres ou visitas guiadas, conduzidas por monitores ambientais. No ano de 2025 o espaço recebeu 1921 visitantes por demanda espontânea. No entanto, desse fluxo, apenas 316 visitas foram acompanhadas por monitores ambientais, ou seja, mais de 80% do público não recebeu mediação educativa.

Nesse contexto, a interpretação ambiental como processo educativo não formal é defendida por Layrargues (2004) como uma atividade crítica voltada à problematização das relações entre sociedade, território e meio ambiente e, ao deixar que parte significativa do público percorra o equipamento sem mediação, perde-se oportunidades de incentivar a processos reflexivos e transformadores para a sociedade em geral. Isso vai de encontro com a fala do Entrevistado 1, ao mencionar a confusão feita por parte dos visitantes que esperam encontrar no Jardim Botânico um parque urbano comum, indicando que o significado do espaço ainda não está plenamente internalizado socialmente, o que pode ser minimizado ao proporcionar experiências que contemplem a interpretação ambiental.

Nesse sentido, a pesquisa indicou que existe uma perspectiva de mudança desse cenário para 2026, uma vez que foram realizadas adaptações na duração do tempo das visitas e na organização dos percursos, bem como a contratação de mais monitores ambientais, tornando visitas guiadas mais dinâmicas, atrativas e reduzindo o tempo de espera do público.

Outra percepção latente é o próprio desconhecimento da existência do Jardim Botânico por parte da população e turistas, bem como da importância dos Campos de Altitude para a manutenção do ecossistema local, presente em diversos pontos da cidade, inclusive em áreas

turísticas com grande fluxo de pessoas e no próprio Jardim Botânico. Como consequência, o desconhecimento intensifica pressões e degradações ambientais. Assim, esses dados revelam uma lacuna na construção simbólica tanto do equipamento quanto do território, o que impacta diretamente na capacidade de produzir territorialidades comprometidas com a regeneração.

Remete-se aqui à reflexão sobre o paradoxo do turismo observado por Fratucci (2014), no qual a mesma atividade pode acentuar processos de degradação e, por outro lado, atuar como vetor de sensibilização e pensamento crítico. É evidente a intenção dos gestores do Jardim Botânico em reduzir os processos de degradação nas áreas turísticas e no espaço do equipamento e, ao mesmo tempo, divulgar o trabalho de pesquisa e conservação realizado pela instituição.

Outro ponto destacado nas entrevistas refere-se à existência da revista científica *Regnellea Scientia*, produzida pelo Jardim Botânico de Poços de Caldas, iniciativa que reforça seu papel público junto à comunidade acadêmica e amplia sua atuação social para além da visitação, atuando como instância de produção e difusão de conhecimento. Nesse sentido, a publicação científica pode contribuir para aproximar conhecimento científico, território e sociedade, apontando para a formação de um polo de saberes ambientais. Tal dinâmica dialoga mais uma vez com a visão apresentada por Fratucci (2014), ao compreender o turismo e os equipamentos que o compõem como parte de um sistema aberto e relacional. Nessa lógica, a produção e circulação de conhecimento científico podem ampliar a capacidade do JBPC de atuar como um ponto estruturante na rede de relações que se estabelecem e se comunicam no território, indicando sua possível inserção nas dinâmicas sociais, científicas e institucionais que configuram o espaço turístico.

Em síntese, a pesquisa evidencia que a dimensão social e educativa possui bases consistentes para operar sob uma lógica transformadora, mas ainda enfrenta limitações operacionais e logísticas, o que dificulta sua consolidação como política estruturada e contínua. Nesse ponto, Layrargues (2004) é assertivo ao relacionar as tensões entre uma educação ambiental reflexiva às práticas que permanecem condicionadas por limitações estruturais e administrativas.

Para uma abordagem regenerativa, se faz necessária a superação de fragilidades institucionais, a ampliação da comunicação simbólica com a comunidade e a efetiva integração entre ciência, educação e território. Sem essa articulação sistêmica, a regeneração corre o risco de permanecer restrita à dimensão ecológica, sem alcançar a transformação das relações socioambientais que caracterizam o paradigma regenerativo.

2.4.3 Dimensão de Gestão e Uso Público

A dimensão analisa os arranjos institucionais, os modelos de governança e os instrumentos de planejamento que sustentam as atividades do JBPC e impactam diretamente no sucesso ou na fragilidade das demais dimensões analisadas. Sob a ótica regenerativa, a análise dessa categoria possibilita compreender as estruturas de gestão e suas influências, no sentido de verificar as potencialidade para vitalidade dos sistemas socioecológicos e a coevolução entre os atores do território.

As entrevistas demonstram que, no JBPC, essa é a dimensão mais vulnerável e que impacta diretamente na capacidade de articulação entre conservação, educação e visitação. A fala do Entrevistado 2 sintetiza esse panorama:

Hoje, os principais desafios envolvem a estabilidade institucional, especialmente em contexto de intervenção administrativa, que pode gerar descontinuidade de projetos estruturantes, relacionada à perda de funcionários, que hoje estão sendo repostos aos poucos; Garantia de autonomia técnica, para que decisões ambientais não sejam exclusivamente pautadas por pressões políticas ou econômicas; Previsibilidade orçamentária, fundamental para pesquisa, manutenção de coleções vivas e infraestrutura e o equilíbrio entre conservação e uso público, considerando o aumento do interesse turístico.

Na percepção do Entrevistado 1, existe também uma questão de organização física do espaço que contribui para a falta de conexão entre os setores da instituição:

Estamos propondo reestruturação organizacional, mantendo diretoria técnico-científica, responsável pela pesquisa e coleções, mas aproximando mais a diretoria de administração da educação ambiental. Também precisamos integrar melhor as equipes, hoje até a arquitetura separa fisicamente os setores e isso gerou distanciamento entre equipes.

Por sua vez, o Entrevistado 3 reforça as falas dos demais gestores e aborda indiretamente a questão da coevolução ao afirmar que:

Ao mesmo tempo, existem limites que ainda precisam ser superados, especialmente relacionados à ampliação de atrativos e projetos que conectem de forma mais intensa pesquisa, educação e visitação pública. No entanto, esses desafios apresentam grande potencial de evolução, especialmente com as melhorias em curso na intervenção administrativa, que estão reorganizando a gestão, fortalecendo a estrutura de cargos e incentivando o uso pleno do espaço. Com essas ações, o Jardim Botânico está cada vez mais capacitado a expandir seu impacto positivo e a consolidar-se como um polo de conservação, aprendizado e lazer ambientalmente sustentável.

O quadro a seguir apresenta uma síntese dos elementos mais importantes para a pesquisa, organizando os aspectos recorrentes nas falas dos entrevistados e contribuindo para uma leitura estruturada dessa dimensão.

Quadro 3 - Síntese da dimensão gestão e uso público

Categoria Analítica	Percepções e práticas institucionais
Modelo de gestão	• As entrevistas evidenciam que o JBPC atravessa um momento de transição institucional, sob intervenção da Prefeitura, com esforços voltados à reorganização estrutural e institucional; • O Entrevistado 1 descreve a gestão estruturada no tripé conservação, pesquisa e educação ambiental, nos quais os dois primeiros possuem atuação prioritária no contexto histórico, enquanto a educação ambiental ainda apresenta fragilidades operacionais; • O Entrevistado 2 afirma que as prioridades técnicas são definidas a partir do marco legal dos jardins botânicos, protocolos e padrões internacionais (IPNI, BGCI), articulação com a Aliança Brasileira de Jardins Botânicos, planejamento estratégico interno, demandas municipais e capacidade técnica e orçamentária; • Reforça que conservação e pesquisa constituem o eixo estruturante, do qual derivam educação ambiental e uso público. Em situações de conflito, os critérios ecológicos devem prevalecer; • O Entrevistado 3 destaca os desafios relacionados à estrutura organizacional, à revisão de cargos e à definição de competências. Avalia que educação ambiental e aproveitamento turístico são menos explorados e aponta fragilidades operacionais no equilíbrio entre os pilares, indicando que a intervenção busca reorganizar processos e fortalecer o planejamento estratégico para integrar pesquisa, conservação, educação e uso público.
Governança	• As entrevistas indicam fragilidades na governança institucional, associadas às recomendações do Ministério Público, Procuradoria Geral do Município e no contexto da intervenção administrativa, diante da necessidade de reestruturação organizacional; • O Entrevistado 1 destaca a ausência de plano de cargos e salários, o que resultou na perda de parte da equipe administrativa e maior dependência da Prefeitura; • Como parceiros externos, menciona a UNIFAL, o IFSULDEMINAS e o apoio de Secretarias Municipais, como Turismo e Educação; • O Entrevistado 2 enfatiza a importância da autonomia técnica na tomada de decisões. Aponta como atores influentes o Executivo, a Câmara Municipal, órgãos ambientais, Ministério Público e universidades; • Avalia que associações comunitárias, escolas, produtores rurais e o Conselho Municipal de Meio Ambiente poderiam ter maior protagonismo, defendendo a necessidade de um conselho consultivo ativo e deliberativo para consolidar uma governança mais sistêmica;

	• O Entrevistado 3 compreende a governança como articulação entre Prefeitura e parceiros institucionais, baseada em apoio técnico multidisciplinar e cooperação intersetorial.
Conflitos institucionais	• Os conflitos institucionais estão sendo tratados no âmbito da Comissão Gestora da Intervenção, ainda sem definição conclusiva, refletindo um cenário de transição administrativa; • O Entrevistado 1 aponta como principais desafios a lentidão dos processos no serviço público, as limitações orçamentárias e financeiras, a ausência de estrutura administrativa própria e a perda de equipe técnica e administrativa, fatores que impactam a capacidade operacional do Jardim Botânico; • O Entrevistado 2 identifica conflitos relacionados a decisões influenciadas por pressões políticas e econômicas, defendendo a autonomia técnica como condição essencial. Alerta para o risco de que o aumento da visitação, quando orientado por lógica de entretenimento ou retorno financeiro, enfraqueça os pilares da conservação e da pesquisa. Ressalta que a pressão por visibilidade ou retorno econômico não pode converter o Jardim em equipamento meramente turístico; • O Entrevistado 3 reconhece riscos associados à ampliação da visitação sem planejamento adequado e suporte técnico. Afirma que a gestão busca apoio especializado para minimizar impactos e reforça que conservação e missão educativa não devem ser flexibilizadas diante de pressões por uso, visibilidade ou retorno econômico.
Viabilidade operacional	• A viabilidade operacional é apontada pelos entrevistados como dimensão frágil, especialmente em razão da ausência de plano de cargos e salários, o que compromete a estabilidade institucional e a continuidade das ações; • O Entrevistado 1 destaca como ponto positivo, e com resultados imediatos, a reestruturação do modelo de visitação e a contratação temporária de monitores ambientais, reduzindo o tempo de espera do público; • Menciona a proposta de reorganização em duas diretorias (Administração e Educação Ambiental / Técnico-Científica) e observa que a própria arquitetura do espaço separa fisicamente os setores, gerando distanciamento entre as equipes; • O Entrevistado 2 enfatiza que a previsibilidade orçamentária é condição fundamental para o equilíbrio institucional; • Aponta que a gestão da visitação deve estar apoiada em critérios técnicos como zoneamento, restrição de acesso, planejamento de trilhas e monitoramento. Ressalta que o aumento do fluxo exige equipe completa, protocolos claros, rondas e segurança, alertando que, sem reforço estrutural, há vulnerabilidade patrimonial e institucional. Condiciona a ampliação da visitação ao planejamento técnico, investimento orçamentário e fortalecimento da equipe. • O Entrevistado 3 ressalta a necessidade de reformulação dos cargos e definição clara de funções;

	• Avalia que o subaproveitamento dos atrativos limita a captação de visitantes, parcerias e recursos, e afirma que a gestão busca suporte técnico da Prefeitura para planejar a visitação, reconhecendo que os critérios de equilíbrio entre uso público e conservação ainda estão em processo de definição e aprimoramento.
Barreiras e limites	• Os três entrevistados apontam a necessidade de reestruturação organizacional, institucional e financeira como condição para fortalecer a atuação do JBPC; • O Entrevistado 1 destaca desafios relacionados à manutenção de laboratórios e estruturas físicas, como infiltrações, equipamentos e controle de temperatura e umidade, especialmente nas coleções que exigem condições ambientais rigorosas; • No âmbito da educação ambiental, menciona dificuldades logísticas para viabilizar a visita de escolas da rede pública, estando em articulação com a Secretaria de Educação para estruturar o transporte de forma sistemática; • O Entrevistado 2 enfatiza a instabilidade institucional que resultou na intervenção e na descontinuidade administrativa, além da necessidade de autonomia técnica e previsibilidade orçamentária; • Aponta limites territoriais relacionados à escala das ações, à ausência de política municipal integrada de restauração ecológica e à dependência de decisões externas; • Alerta que a pressão por visibilidade ou retorno econômico pode sobrepor-se à missão institucional, tornando a instituição vulnerável a agendas externas; • O Entrevistado 3 também reconhece fragilidades operacionais e necessidade de reorganização interna. Afirma que os riscos associados à ampliação da visitação ainda não estão plenamente equacionados, embora melhorias estejam em curso no âmbito da intervenção, mantendo a preservação e o caráter educativo como prioridades.
Planejamento e visão futuro	• A visão de futuro do JBPC ainda está em construção, em razão do contexto de intervenção administrativa. As perspectivas apresentadas pelos entrevistados indicam visões distintas, embora convergentes na necessidade de reorganização institucional e fortalecimento estratégico; • O Entrevistado 1 aponta como caminhos futuros a ampliação de parcerias com empresas, realização de eventos culturais e prestação de serviços ambientais; • No campo da educação ambiental, pretende estruturar um programa municipal em parceria com a Secretaria de Educação, consolidando o JBPC como sede articuladora, mas com criação de núcleos descentralizados no município; • Sua projeção passa pela reorganização interna, fortalecimento do posicionamento técnico e maior aproximação com comunidade e turistas.

	• O Entrevistado 2 apresenta visão explicitamente sistêmica, defendendo a consolidação de uma governança estruturada e com conselho atuante (atualmente com atividades suspensas) e a ampliação das ações de restauração baseadas na diversidade genética local; • Propõe expansão estruturada da produção de mudas, maior cobertura territorial de coleta e consolidação da instituição como referência regional; • Reforça que o turismo pode atuar como aliado apenas quando subordinado ao planejamento ecológico e institucional; • O Entrevistado 3 concentra-se na reorganização da estrutura administrativa e na potencialidade do equipamento enquanto atrativo turístico; • Destaca oportunidades para experiências regenerativas futuras, como cocriação, voluntariado e ciência cidadã, além de parcerias técnicas; • Menciona, ainda, a possibilidade de concessão de áreas não utilizadas para exploração da vertente turística; • De modo geral, as projeções futuras indicam intenção de fortalecimento institucional e ampliação de impacto territorial, embora ainda dependam da consolidação da governança, da estabilidade administrativa e da definição clara dos limites entre uso público e missão conservacionista.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

2.4.3.1 *Análise Interpretativa da Dimensão de Gestão e Uso Público*

O cenário atual da gestão do Jardim Botânico e seu uso público revelam um momento de transição e instabilidade, marcado pela intervenção administrativa decretada no segundo semestre de 2025. Os relatos dos gestores evidenciam que a estrutura da autarquia municipal, embora projetada para conferir independência, enfrenta hoje um gargalo de viabilidade operacional. Seguindo a perspectiva de Santos (1996 *apud* Saquet; Da Silva, 2008), reiterada por Fratucci (2014), observa-se que as tensões provocadas por diversos atores, somadas à lógica burocrática e política, podem comprometer a execução de projetos estruturantes de caráter duradouro. Sob o ponto de vista do Turismo Regenerativo, torna-se essencial a adoção de uma governança capaz de superar práticas hierárquicas, fragmentadas e imediatistas (Pollock, 2019).

Nesse sentido, ainda não foi definido como se estruturará a governança do equipamento. Observa-se, tanto nas falas dos gestores quanto no decreto de intervenção administrativa, que o modelo anterior, baseado em presidente, diretorias e conselho curador e fiscal, apresentava falhas de transparência, inconsistências contábeis e ausência de uma

estrutura administrativa estável e contínua. No entanto, a gestão atualmente restrita a uma comissão formada por agentes políticos e servidores da Prefeitura também não se mostra adequada a longo prazo. Sob a perspectiva do turismo regenerativo, essa configuração limita o potencial transformador do equipamento, já que tal abordagem pressupõe uma dinâmica de gestão fundamentada em relações horizontais e compartilhadas entre os diferentes atores da sociedade.

Um ponto crítico identificado nas entrevistas é a necessidade de autonomia técnica e a preocupação de que o local se torne um equipamento "meramente turístico" ou de entretenimento. No paradigma do Turismo Regenerativo, o planejamento deve ser guiado por critérios ecológicos e sistêmicos, e não apenas por metas de fluxo de visitantes. Conforme aponta Pollock (2012) sobre a mercantilização da natureza, a regeneração exige que o propósito do negócio, neste caso, do equipamento público seja visto como ferramenta de regeneração dos recursos por meio da reciprocidade, deslocando o subsistema econômico de atividade fim para atividade meio.

Percebe-se também que a governança sistêmica proposta pela teoria regenerativa, na qual pressupõe um processo de auto-organização e a participação de múltiplos atores, encontra limites na atual estrutura institucional do JBPC. Embora o Entrevistado 2 defenda a necessidade de um conselho deliberativo, com maior protagonismo de associações comunitárias e universidades, a prática atual é verticalizada e centralizada na figura do interventor. Essa lacuna de participação social dificulta a inclusão e o reconhecimento da responsabilidade da comunidade no processo.

Ressalta-se também que a falta de manutenção adequada na infraestrutura física do JBPC e a fragilidade operacional em que a instituição se encontra, especialmente no setor de pesquisa e conservação, pode colocar em risco as demais dimensões, especialmente a ambiental. Como exemplo, a falta de controle de umidade no herbário coloca em risco o patrimônio genético e as pesquisas.

Com base nisso, pode-se dizer que a vulnerabilidade na gestão é o fator preponderante que ameaça diretamente a continuidade, expansão e consolidação dos programas ambientais e educativos.

Assim, o potencial regenerativo do JBPC está latente em sua excelência técnica e científica, mas sua efetivação como destino turístico regenerativo depende de uma reestruturação institucional que garanta previsibilidade orçamentária, estabilidade de pessoal e, fundamentalmente, uma governança policêntrica que proteja a "essência do lugar" contra pressões imediatistas de mercado.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo abordou as características institucionais, socioambientais e operacionais do Jardim Botânico de Poços de Caldas sob a lente analítica dos princípios do Turismo Regenerativo, utilizada para interpretar suas práticas, potencialidades e limitações. Ao concluir este percurso, observa-se que o objetivo da investigação foi alcançado ao evidenciar que o objeto de estudo reúne atributos relevantes para uma perspectiva regenerativa. Contudo, a efetivação desse potencial está condicionada à superação de desafios institucionais e de governança.

Para cumprir com os objetivos específicos do projeto, a revisão bibliográfica fundamentou os paradoxos da atividade turística e a transição do paradigma da sustentabilidade para o desenvolvimento regenerativo. De forma complementar, a investigação reafirmou o papel dos jardins botânicos como dispositivos catalisadores de conhecimento científico e regeneração ambiental.

Em relação ao objeto de estudo, a sistematização das diretrizes regenerativas permitiu reconhecer o JBPC como um vetor estratégico de salvaguarda do patrimônio florístico regional, com desempenho robusto em pesquisa e conservação. Em contrapartida, foram identificadas lacunas operacionais que comprometem os eixos de educação ambiental e engajamento comunitário, dimensões essenciais para a consolidação da abordagem regenerativa na gestão do equipamento.

Os resultados ressaltaram o papel privilegiado dos jardins botânicos no território que, ao integrarem as dimensões biológicas, sociais e culturais em suas coleções e pesquisas, funcionam como dispositivos estratégicos para superar a fragmentação do conhecimento moderno. Nesse processo, o turismo pode atuar como um mecanismo de conexão entre natureza e sociedade, potencializando a sensibilização ambiental e a valorização do patrimônio.

No contexto do JBPC, verificou-se que a dimensão ambiental pode ser considerada o seu pilar mais estruturado, com atuação consistente em pesquisa e conservação da biodiversidade regional e com resultados concretos na recuperação de ecossistemas. Todavia, sob o aspecto da abordagem regenerativa, a premissa básica leva em consideração a compreensão do território como um sistema vivo, no qual os processos ecológicos, sociais e culturais são indissociáveis, o que conduz à análise da dimensão educativa e social do espaço. Embora essa dimensão esteja ancorada em base técnico-científica, observam-se obstáculos

logísticos que limitam a atração de público e a oferta de experiências mais imersivas, reduzindo oportunidades de conscientização ambiental e engajamento comunitário.

A pesquisa sugere que tais limitações derivam, sobretudo, de fragilidades na dimensão de gestão, fator restritivo ao alinhamento mais consistente com os preceitos regenerativos. Gargalos na governança institucional, na estrutura administrativa e na manutenção da infraestrutura comprometem a capacidade do equipamento de promover processos de cocriação e de se articular mais assertivamente com os fluxos turísticos regionais.

Portanto, a aproximação do equipamento aos princípios do Turismo Regenerativo transcende a adoção de práticas ambientais isoladas. Ao invés disso, demanda a construção de arranjos institucionais e modelos de governança perenes, capazes de sustentar transformações territoriais duradouras e respaldadas por bases operacionais de longo prazo.

Cabe aqui destacar alguns pontos de reflexão derivados da investigação. O primeiro diz respeito ao fortalecimento da articulação entre restauração ecológica e uso público, preservando a centralidade da pesquisa científica como base orientadora das demais ações institucionais. Outro aspecto diz respeito à relação ecológica entre os Campos de Altitude e o contexto urbano termal da cidade, configurando-se como uma oportunidade de expansão das ações educativas para além do espaço físico da instituição, de forma a interagir com os eixos turísticos da cidade, integrando o JBPC de forma mais orgânica ao território e aos fluxos de visitantes, como no caso da Serra de São Domingos.

A reflexão nesse campo também conduz à oportunidade de ressignificar o papel do morador local na atividade turística, a partir de uma transição para a condição de “turista cidadão” (Gastal; Moesch. 2007, *apud* Gastal; Silva, 2016), incentivando a redescoberta do território sob um novo olhar, fortalecendo os vínculos afetivos necessários à preservação e valorização cultural.

Portanto, a contribuição do turismo regenerativo não reside na ampliação indiscriminada da visitação, mas na promoção de experiências capazes de favorecer a reconexão entre o ser humano e a natureza, ancoradas na identidade ecológica e cultural do território.

No que se refere às limitações da pesquisa, destaca-se que as entrevistas foram restritas aos atores diretamente envolvidos na gestão do JBPC, não sendo possível incluir representantes do conselho da instituição, cujas atividades estavam suspensas em razão da intervenção administrativa vigente durante o período de coleta de dados. Essa circunstância, somada ao curto prazo disponível para a pesquisa, também limitou o número e o perfil dos entrevistados, concentrando a análise em percepções predominantemente institucionais.

Importa mencionar também que o contexto de intervenção administrativa pode ter influenciado as percepções dos participantes, diante de um cenário ainda incerto e em construção. Por outro lado, esse mesmo contexto pode representar uma oportunidade para revisão de práticas e superação de fragilidades históricas relacionadas à governança do equipamento.

A partir deste estudo, vislumbram-se possíveis desdobramentos para pesquisas futuras, adotando como recorte o JBPC. A ampliação do diagnóstico, por meio da observação de diferentes pontos de vista, incluindo outros atores envolvidos com o equipamento e a comunidade em geral, é apontada como necessária para a construção de uma análise mais abrangente. Essa abordagem pode revelar aspectos ocultos no presente trabalho e gerar novas proposições de aprimoramento do equipamento.

Outra possibilidade consiste também no desenvolvimento de um sistema de mensuração e monitoramento acerca dos efeitos das mudanças institucionais em curso e sua possível compatibilização com diretrizes regenerativas na gestão do equipamento. Propõe-se, ainda, investigar estratégias de cocriação com a comunidade para fortalecer o pertencimento e a coevolução entre sociedade e natureza, monitorando como esses programas reduzem pressões ambientais e consolidam práticas de cuidado com o território.

O Turismo Regenerativo, observado neste estudo a partir da realidade do Jardim Botânico de Poços de Caldas, revela-se como um horizonte orientador de transformação territorial, com potencial para fortalecer vínculos entre moradores, visitantes e ecossistemas. Mais do que uma meta a ser alcançada, a regeneração apresenta-se como um caminho de aprendizagem coletiva, no qual a coevolução entre natureza, sociedade e governança torna-se um caminho viável para a construção de lugares e futuros mais resilientes.

REFERÊNCIAS

- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 8 ed. São Paulo: Senac, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- DENCKER, Ada F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 7 ed. São Paulo: Futura, 2003.
- YÁZIGI, E. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- AVECILLA, Sonia T. **Análisis y aproximación a la definición del paradigma del turismo regenerativo**. 2018. Proyecto Final de Graduación (Máster en Gestión de Turismo Sostenible) – Universidad para la Cooperación Internacional, San José, Costa Rica, 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/331813562_Analisis_y_aproximacion_a_la_definicion_del_paradigma_del_Turismo_Regenerativo>. Acesso em: 15 jan. 2026.
- BEDIAGA, Begonha. Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro-1808 a 1860. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 14, p. 1131-1157, 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/H6HYxgFwLcSBZdQTzStbb4G/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 23 jan. 2026.
- BELLATO, Loretta; POLLOCK, Anna. Regenerative tourism: a state-of-the-art review. **Tourism Geographies**, [s. l.], v. 27, n. 3-4, p. 558-567, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14616688.2023.2294366>>. Acesso em: 17 jan. 2026.
- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Resolução CONAMA nº 339, de 25 de setembro de 2003. **Dispõe sobre a criação, normatização e o funcionamento dos jardins botânicos, e dá outras providências**. Publicada no Diário Oficial da União em 3 de novembro de 2003. Disponível em: <https://conama.mma.gov.br/?option=com_sisconama&task=arquivo.download&id=370>. Acesso em: 14 dez. 2025.
- BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. **Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências**. Legislação, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11771-17-setembro-2008-580751-norma-pl.html>>. Acesso em: 22 jan. 2026.
- BUENO, Fernando Protti; PIRES, Paulo dos Santos. Ecoturismo e educação ambiental: possibilidades e potencialidades de conservação da natureza. **IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL**. Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 2006. Disponível em: <https://www.ucs.br/ucs/tplSemMenus/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_4/arquivos_4_seminario/GT08-5.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2026.

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 74, p. 35–50, 2012. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/eav/article/view/10623>>. Acesso em: 29 dez. 2025.

CORRAL-GONZALEZ, Lariza; CAVAZOS-ARROYO, Judith; GARCÍA-MESTANZA, Josefa. Regenerative tourism: A bibliometric analysis. **Journal of Tourism, Heritage & Services Marketing**, v. 9, n. 2, p. 41-54, 2023. Disponível em: <<https://zenodo.org/records/10539722>>. Acesso em: 15 jan. 2026.

DAMAS, Marcos T. Turismo Sustentável: Reflexões, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.13, n. 2. Mai-jul 2020. pp. 310-327. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/9578>>. Acesso em: 03 jan. 2026.

FRATUCCI, A.C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo**. rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.87-s.96, nov. 2014. Disponível em <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1018/404>>. Acesso em 02 jan. 2026.

GASTAL, Susana; DA SILVA, Aline V. Fagundes. Lazer, tempo e espaço: o Jardim Botânico de Porto Alegre, RS. **Anais Seminário Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, 2016. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/27.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2026.

-----; PALMA, Viviane da Rocha; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. Jardins botânicos e turismo de jardins: pesquisa de audiência em Porto Alegre e Caxias do Sul, RS. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 18, n. 1, 2018. DOI: 10.18472/cvt.18n1.2018.1314. Disponível em: <<https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1314>>. Acesso em: 22 jan. 2026.

-----; BEBER, Ana Maria Costa; CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. Garden tourism e jardins históricos: a natureza patrimonializada. **International Journal of Scientific Management and Tourism**, v. 4, n. 3, 2018. Disponível em: <<https://scispace.com/pdf/garden-tourism-e-jardins-historicos-a-natureza-2p8tvbjm2h.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2026

GODOY, Arlinda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/ec0fb20d-5af3-4858-bf4f-4cabb275c6be/content>. Acesso em 30 jan. 2026

HANAI, Frederico Y. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://www.rbhdr.net/revista/index.php/rbhdr/article/view/589>>. Acesso em: 29 dez. 2025.

IRVING, Marta da Azevedo; BURSZTYN, Ivan; SANCHO, Altair; MELO, Gustavo de M. Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. **Caderno Virtual de**

Turismo, [S. l.], v. 5, n. 4, 2005. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/98>. Acesso em: 29 dez. 2025.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. A função social do ecoturismo. **Boletim Técnico do Senac**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 38–45, 2004. DOI: 10.26849/bts.v30i1.508. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/508>. Acesso em: 14 jan. 2026.

KIYOTANI, I.B.; SOUSA, F.G.; TAVARES, A.G. Turismo em Unidades de Conservação: o Jardim Botânico Benjamim Maranhão, João Pessoa (PB). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.8, n.5, nov – 2015/jan -2016, pp.684-707. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6448/4127>. Acesso em: 22 jan.2026

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 309–335, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3515>. Acesso em: 30 dez. 2025.

MANG, Pamela; REED, Bill. Designing from Place: **A Regenerative Framework and Methodology**. Santa Fe: Regenesis Group, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233298832_Designing_from_place_A_regenerative_framework_and_methodology. Acesso em: 15 jan. 2026.

MALHOTRA, Naresh K. Amostragem: planejamento e processos. In: MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/qdownload/pesquisa-de-marketing-uma-orientacao-aplicada-naresh-k-malhotra-pdf-free.html>. Acesso em: 30 jan. 2026.

MORAES, Fernanda Tonizza. **Zoneamento geoambiental do planalto de Poços de Caldas, MG/SP a partir de análise fisiográfica e pedoestratigráfica**. 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/541697ec-5d86-44ff-87d9-7a731c96d55e>. Acesso em: 07 fev. 2026.

NEIMAN, Zysman; MENDONÇA, Rita. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, Brasil, v. 11, n. 2, p. 98–110, 2000. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/63521>. Acesso em: 14 jan. 2026.

NIVOLONI, Gabriela T. **Turismo regenerativo no estado de São Paulo: uma perspectiva para além da sustentabilidade**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/item/003063721>. Acesso em: 25 jan. 2026.

PAKMAN, Elbio Troccoli. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. **XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo**, v. 24, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf#page=14.40>. Acesso em: 22 jan. 2026.

PEREIRA, Deborah Rocha et al. Experiências de Turismo Regenerativo no Brasil: uma pesquisa exploratória. **Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, Penedo**, v. 14, n. 01, p. 90-107, 2024. Disponível em: <https://ufal.emnuvens.com.br/ritur/article/view/17182/11666>. Acesso em 12 dez. 2025.

PINHEIRO, B.R.A; SOARES, A.S.; AZEVEDO, F.F. A relação homem-natureza e a práxis do turismo: um (re)encontro para a preservação. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.3, n.2, 2010, pp.331-340. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/5864/3734>. Acesso em 29 dez. 2025.

POÇOS DE CALDAS. Lei Complementar nº 37, de 25 de julho de 2003. **Cria a Fundação Jardim Botânico de Poços de Caldas e dá outras providências**. Poços de Caldas, 2003. Disponível em: <https://pocosdecaldas.siscam.com.br/Documentos/Documento/194988>. Acesso em: 31 jan. 2026.

----- Lei nº 7.936, de 19 de dezembro de 2003. **Autoriza a doação de área de terreno de domínio público à Fundação Jardim Botânico de Poços de Caldas**. Poços de Caldas, 2003. Disponível em: <https://siave.pocosdecaldas.mg.leg.br/arquivo?Id=146128>. Acesso em 31 jan. 2026.

----- Decreto Nº 11.953, de 11 de julho de 2016. **Aprova o Regimento Interno da Fundação Jardim Botânico de Poços de Caldas**. Disponível em: <https://pocosdecaldas.siscam.com.br/arquivo?Id=147669>. Acesso em: 31 jan. 2026.

----- **Plano Municipal de Turismo: Destino Turístico Inteligente**. Poços de Caldas: Secretaria Municipal de Turismo, 2021. Disponível em: <https://pocosdecaldas.mg.gov.br/tour/observatorio/noticias.php?c=estudos>. Acesso em: 19 dez. 2026

----- Lei Complementar nº 253, de 20 de dezembro de 2023. **Altera a Lei Complementar nº 37, de 25 de julho de 2003, que cria a Fundação Jardim Botânico de Poços de Caldas e dá outras providências**. Poços de Caldas, 2023. Disponível em: <https://pocosdecaldas.siscam.com.br/Documentos/Documento/227056>. Acesso em: 31 jan. 2026.

----- **Inventário da Oferta Turística de Poços de Caldas**. Poços de Caldas: Secretaria Municipal de Turismo, 2024. Disponível em: <https://pocosdecaldas.mg.gov.br/tour/observatorio/noticias.php?c=estudos>. Acesso em: 31.jan.2025.

----- Decreto nº 14.862, de 26 de setembro de 2025. **Dispõe sobre a Intervenção Administrativa Municipal na Fundação Jardim Botânico de Poços de Caldas — FJBPC e dá outras providências**. Poços de Caldas, 2025. Disponível em: http://leis.pocosdecaldas.mg.gov.br/leis/decretos/decretos_14862.pdf. Acesso em: 31 jan. 2026.

POÇOS DE CALDAS. FUNDAÇÃO JARDIM BOTÂNICO DE POÇOS DE CALDAS (FJBPC). **Página institucional**. Poços de Caldas: Prefeitura Municipal de Poços de Caldas, 2025. Disponível em: <https://jardimbotanico.pocosdecaldas.mg.gov.br/sobre>. Acesso em: 14 dez. 2025.

-----**Relatório de Atividades - Departamento Técnico Científico.** Poços de Caldas, 2026. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/16lsfGKiyAGcDrQa27B6hjZfGfHqMV3Jh/view>>. Acesso em: 31 jan. 2026

POLLOCK, Anna. Conscious Travel: Signposts Towards a New Model for Tourism. **In: UNWTO ETHICS AND TOURISM CONGRESS**, 2., 2012, Quito UNWTO, 2012. Disponível em: <<https://conscioustourism.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/02/conscious-travel-signposts-towards-a-new-model.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2026.

-----**Regenerative Tourism: The Natural Maturation of Sustainability.** Medium, 1 out. 2019. Disponível em: <<https://medium.com/activate-the-future/regenerative-tourism-the-natural-maturation-of-sustainability-26e6507d0fcb>>. Acesso em: 15 jan. 2026.

SAQUET, Marcos Aurelio; DA SILVA, Sueli Santos. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território.** Geo Uerj, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2008. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>> Acesso em 02 jan. 2026.

FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

GOOGLE. Gemini. Modelo de inteligência artificial generativa. Disponível em: <https://gemini.google.com>.

GOOGLE. *NotebookLM*. Ferramenta de inteligência artificial para análise e organização de informações. Disponível em: <https://notebooklm.google.com>.

MANUS AI. *Manus AI*. Ferramenta de inteligência artificial para organização e análise de informações. Disponível em: <https://manus.ai>.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS

1. Quais são hoje os principais desafios de gestão enfrentados pelo Jardim Botânico, especialmente considerando o cenário atual de intervenção administrativa e como ele pode impactar a missão da FJBPC?
2. Como são definidas, na prática, as prioridades entre pesquisa, conservação, educação ambiental e uso público no Jardim Botânico?
3. Na sua percepção, até que ponto as ações do Jardim Botânico fortalecem o ecossistema local ao longo do tempo, e onde ainda encontram limites?
4. Iniciativas como banco de sementes, produção de mudas e acervos vivos possuem significativo impacto territorial ou possuem margem para expansão?
5. Existem critérios definidos para equilibrar visitação, educação ambiental e conservação do espaço? Como são definidos e como eles contribuem para a transformação de valores e a consciência ambiental dos visitantes a longo prazo?
6. Há perspectivas para a oferta de experiências regenerativas, que possam ir além da sensibilização inicial junto ao público? Que tipo de estratégias poderiam ser implementadas para promover experiências vivenciais mais profundas e o envolvimento da comunidade em projetos de cocriação?
7. Você percebe riscos associados ao aumento da visitação que ainda não estão plenamente enfrentados?
8. Na sua percepção, o Jardim Botânico é visto pela população como um espaço institucional ou como um bem coletivo da cidade? Por quê? Existem iniciativas para fortalecer o senso de pertencimento e a corresponsabilidade socioambiental da comunidade com o JBPC?
9. Quais atores externos hoje mais influenciam as decisões do Jardim Botânico, e quais poderiam participar mais ativamente para fomentar uma gestão mais sistêmica e coevolutiva?
10. O que você considera essencial no Jardim Botânico e que não deveria ser flexibilizado, mesmo diante de pressões por maior uso, visibilidade ou retorno econômico?